

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AMANDA RODRIGUES LIMA

DE SANTIAGO DO CHILE A GENEBRA: O USO DO CAPITAL MORAL COMO INSTRUMENTO DE LEGITIMAÇÃO POLÍTICA DE MICHELLE BACHELET

BRASÍLIA

2026

AMANDA RODRIGUES LIMA

DE SANTIAGO DO CHILE A GENEBRA: O USO DO CAPITAL MORAL COMO INSTRUMENTO DE LEGITIMAÇÃO POLÍTICA DE MICHELLE BACHELET

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profª. Drª. Vânia Carvalho Pinto

BRASÍLIA
2026

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar uma revisão de literatura acerca dos estudos sobre a presença feminina na política latino-americana e quais são os principais artifícios utilizados por elas para ocupar cargos de liderança. Sendo o capital moral uma ferramenta que pode facilitar seu acesso à política, estudar-se-á a sua aplicação no caso de Michelle Bachelet, a primeira mulher eleita presidente do Chile, para investigar o seu papel em candidaturas femininas. Dessa forma, é possível visualizar o papel de instrumento facilitador do capital moral frente à legitimação política de mulheres.

Palavras-chave: Michelle Bachelet. Chile. Capital moral. Presidentes mulheres na América Latina. Mulheres na política da América do Sul.

ABSTRACT

This paper aims to present a literature review of studies on women's participation in Latin American politics and which are the main elements that help them reach leadership positions. Since moral capital is a tool that can facilitate their entry to politics, this study will examine its application in the case of Michelle Bachelet, the first woman elected president of Chile, in order to understand its role in women's political candidacies. In this way, it is possible to visualize the role of moral capital as a facilitator for the political legitimization of women.

Keywords: Michelle Bachelet. Chile. Moral capital. Female presidents in Latin America. Women in politics in South America.

RESUMEN

El presente trabajo busca presentar una revisión de literatura acerca de los estudios sobre la presencia femenina en la política latinoamericana y cuáles son las principales estrategias que las mujeres utilizan para ocupar cargos de liderazgo. Dado que el capital moral es una herramienta que puede facilitar su acceso a la política, se estudiará su aplicación en el caso de Michelle Bachelet, la primera mujer elegida presidente de Chile, con el objetivo de investigar su papel en las candidaturas femeninas. De esta manera, es posible visualizar el papel del capital moral como facilitador frente a la legitimación política de las mujeres.

Palabras clave: Michelle Bachelet. Chile. Capital moral. Presidentes mujeres en América Latina. Mujeres en la política de América del Sur.

Sumário

1. Introdução.....1
2. Referencial teórico: capital moral..... 4
2.1. Origem, definição e uso político: o que é o capital moral?.....4
2.2. O papel do capital moral na legitimidade política de lideranças femininas.....6
2.3. As variáveis de observação.....8
2.3.1. Causa.....8
2.3.2. Ação.....9
2.3.3. Exemplo.....9
2.3.4. Retórica e simbolismo.....9
3. Os direitos políticos das mulheres na América do Sul e no Chile.....10
4. Michelle Bachelet: uma vida política..... 14
5. A construção do "*liderazgo femenino*".....18
6. A ruptura do teto de vidro.....23
5.1. Causa.....24
5.2. Ação.....25
5.3. Exemplo.....27
5.4. Retórica e simbolismo.....27
7. Ponderações.....29
8. Conclusão.....31
Referências Bibliográficas.....34

1. Introdução

No cenário internacional, a América Latina é tida como uma região proeminente em relação à chegada de mulheres à presidência dos seus países. Esse pioneirismo teve início em 1974, quando María Estela Martínez de Perón, a Isabel (Isabelita) Perón, que era vice-presidente da Argentina, assumiu o comando do país. Ao suceder o até então presidente Juan Domingo Perón, ela se consagrou como a primeira mulher a ocupar o cargo presidencial no mundo (Jalalzai, 2016; Seoane, s.d.).

Desde então, o número de mulheres que chegaram à presidência, seja pelo voto direto ou pela sucessão, cresceu consideravelmente, com 10 (do total de 15) assumindo o cargo a partir da segunda metade dos anos 2000. A primeira dessas foi Michelle Bachelet, eleita presidente do Chile em 2006 com 53,5% dos votos (Quiroga, 2008), e reeleita, posteriormente, para um segundo mandato. Alguns casos mais recentes são o do México, que elegeu, em 2024, Claudia Sheinbaum, a primeira presidente mulher do país; e o do Peru, em 2026, com a vitória de Keiko Fujimori nas eleições presidenciais (DW, 2026; Pardo, 2024).

Apesar desses números extraordinários, ainda são uma quantidade irrisória quando comparado com a quantidade de homens que ocupam cargos de liderança na política (ONU, 2026). De acordo com relatório da ONU Mulheres de março de 2026, somente 28 países tinham uma mulher como chefe de Estado, mesmo elas conformando metade da população mundial (ONU, 2026). Nesse cenário, ainda, é importante destacar que a grande maioria dos países nunca teve uma mulher na liderança do governo, bem como os parlamentos e os gabinetes nacionais[1] são majoritariamente ocupados por homens (ONU, 2026).

Além da diferença quantitativa na representação, existem barreiras sociais e políticas que vinculam a liderança feminina a uma série de estereótipos de gênero, o que dificulta a sua ascensão aos cargos mais decisivos. Como expresso no relatório da ONU Mulheres (2026), as mulheres que chegam a posições de liderança acabam, na maioria das vezes, atuando em uma área restrita de temas ligados aos setores sociais, enquanto homens ocupam pastas de defesa, economia, relações exteriores e justiça, principalmente. Uma das razões que explicam esse fenômeno é a existência de estereótipos sociais consolidados para cada gênero, que visualiza as mulheres como mais competentes para áreas vinculadas ao cuidado, visão oriunda da associação feminina à esfera privada, em contraste da que vincula o homem ao lado público

[1] 14 países têm paridade de gênero dentro dos gabinetes, mas oito ainda não possuíam nenhuma mulher à frente de um ministério (ONU, 2026).

da vida social, que o coloca como líder doméstico e o responsável administrativa e financeiramente (Bolzendahl *et al*, 2018; Jalalzai, 2013).

Essas características são decisivas na ascensão de mulheres aos cargos de chefe do executivo. Como apura Farida Jalalzai (2013), o sistema de governo reflete essas condições, uma vez que o presidencialismo dá mais autonomia e poder ao presidente, enquanto no parlamentarismo, o primeiro-ministro tem menos independência política, devendo prestar contas ao legislativo mais frequentemente (Bergman *et al*, 2003 *apud* Jalalzai, 2013). Ainda, o próprio sistema eleitoral dos sistemas influencia a chegada feminina aos postos estadistas: apesar de haver variações a depender do país, em grande parte dos casos no presidencialismo, a candidata depende do voto popular para ser eleita; já no parlamentarismo, a eleição da chefe de governo é restrito aos legisladores (ou ao presidente, no caso do semipresidencialismo) (Bergman *et al*, 2003 *apud* Jalalzai, 2013; Lijphart, 1999, *apud* Jalalzai, 2013). Nesse sentido, tem sido mais comum e frequente a eleição de mulheres para cargos de primeira-ministra do que para o de presidente[2], visto que esse último é historicamente associado às "habilidades masculinas de liderança", o que dificulta a candidatura feminina perante o eleitorado.

Na América Latina, cujo principal sistema de governo dos países é o presidencialista (Pérez, 2008), um outro fator que facilita a chegada de mulheres à presidência são os laços familiares com líderes políticos notórios da região (Franceschet *et al*, 2015). Apesar da emancipação feminina ser um vetor para a promover a participação política, a chegada de mulheres aos cargos historicamente tidos como masculinos, em especial os de chefe de Estado, eram praticamente limitados aquelas que possuíam alguma conexão familiar com um antecessor político homem. Tendo sido esse o padrão por muito tempo na política latino-americana, ao analisarmos a biografia de Michelle Bachelet é possível observar o rompimento dessa "regra" e a sua repetição, posteriormente, no Brasil, Costa Rica e, mais recentemente, no México[3] (Franceschet *et al*, 2015; Jalalzai, 2016; Pardo, 2024). A quebra do "teto de vidro" na política nesse aspecto é, muitas vezes, promovido por estratégias que combinam tentativas de combater "desvantagens" e impulsionar privilégios advindos dos papeis de gênero, e como suas experiências como mulher conferem habilidades essenciais para lidar com os problemas do país (Adams; Thomas, 2010).

[2] Até o primeiro semestre de 2026, aproximadamente 52 mulheres exerceram o cargo como primeiras-ministras, em contraste com 40 que foram presidentes (DW, 2026; Ray, 2025).

[3] Respectivamente, Dilma Rousseff, Laura Chinchilla e Claudia Sheinbaum são alguns dos exemplos de mulheres latino-americanas que chegaram à presidência dos seus países sem possuir ligações familiares dentro da política (Jalalzai, 2016; Pardo, 2024).

Desse modo, o presente trabalho se dedica a entender como o capital moral — definido por John Kane (2003) como uma virtude política concedida aos atores políticos e instituições com base no julgamento do que público observa das suas ações — serve como um ativo para impulsionar a carreira política de Michelle Bachelet. Em vista disso, esta pesquisa é caracterizada como um estudo de caso típico, de uma personalidade e sua trajetória política, cujas características de ascensão são semelhantes às de outros casos — aqui posto o uso do capital moral pelas mulheres como recurso para ocupar altos cargos políticos (Ruffa, 2020). Como referencial teórico, utilizar-se-á o capital moral e as quatro variáveis de John Kane (2003; Derichs *et al*, 2006), causa, ação, exemplo e retórica e simbolismo como forma de análise da instrumentalização do capital para promoção da trajetória política. A proposta é que, se houver coerência entre elas, o público doméstico e internacional concede esse capital moral ao ator político, podendo utilizá-lo para impulsionar sua carreira (Derichs *et al*, 2006; Kane, 2003). Para tanto, foi feita uma extensiva revisão bibliográfica de fontes primárias e, principalmente, secundárias, com o objetivo de angariar dados suficientes para a viabilização da pesquisa.

A estrutura capitular se divide em referencial teórico, onde será detalhado os aspectos do capital moral e o seu papel em candidaturas femininas. No capítulo seguinte, apresentar-se-á uma breve introdução à evolução dos direitos políticos das mulheres sul-americanas, aprofundando-se nas políticas chilenas. Posteriormente, introduz-se a biografia de Michelle Bachelet para, então, possibilitar a sua análise à luz do marco teórico a ser utilizado. Por fim, a conclusão do trabalho busca comprovar a relevância do uso do capital moral como ferramenta facilitadora da ascensão política de Michelle Bachelet.

2. Referencial teórico: capital moral

O presente trabalho tem como objetivo observar como acontece a legitimação da participação feminina em altos cargos da política, aqui no âmbito internacional, a partir da instrumentalização do capital moral, conceito colocado por John Kane (2003) — e aplicado às lideranças femininas por Claudia Derichs *et al* (2006) — como uma virtude política concedida pela sociedade, que confere prestígio ético, respeito, lealdade, autoridade e legitimação política a uma pessoa. Uma vez que esse capital é obtido pela pessoa política, ele pode ser mobilizado por ela para atingir objetivos e angariar apoio político.

Ao realizar a revisão bibliográfica para a construção do referencial teórico a ser utilizado, foi observado que existe um número considerável de trabalhos relativos ao uso do capital moral em temas econômicos, porém, em relação ao seu uso no âmbito da política, sobretudo nos estudos de gênero, a bibliografia é mais escassa. Os trabalhos que abordam o caráter político estão principalmente focados no uso do capital moral para legitimação da ascensão de líderes e das estruturas políticas estatais, como é o caso do texto de Kehinde Ilesanmi (2025), que verifica a falta de capital moral na política africana como uma barreira para uma governança efetiva. Em relação aos estudos que verificam o capital moral como instrumento da legitimação política feminina, tem-se, por exemplo, os trabalhos de Derichs *et al* (2006) e o de Young-Im Lee (2016), onde ambos analisam a ascensão de mulheres asiáticas ao poder. Com isso, esse estudo de caso tem o objetivo não somente de verificar o papel desse instrumento na ascensão política de Michelle Bachelet, mas também de, em alguma medida, acrescentar aos estudos do tema.

2.1. Origem, definição e uso político: o que é o capital moral?

O termo "capital" é ampliado para além da esfera econômica e introduzido na análise social com os estudos de Pierre Bourdieu e James Coleman sobre a democratização do acesso à escola. Essa expansão da noção de capital é resultado, portanto, de evidências que comprovaram a limitação do conceito de "capital econômico" ao explicar a relação entre as origens socioeconômicas e o desempenho educacional. Dessa forma, Bourdieu e Coleman desenvolveram as ideias de capital econômico, social e cultural, cada um sobre uma base teórica distinta, mas ainda apresentaram resultados semelhantes (Alves *et al*, 2010). Além desses, outros autores deram contribuições aos estudos das teorias de capital, como a

ampliação da definição de capital social[4], bem como desenvolveram outros conceitos, como é o caso do capital humano[5] e do capital moral, este último criado por John Kane (2003). De modo geral, as teorias de capital apresentam uma ideia semelhante, que é a de valorização de características pessoais para fins sociais, políticos ou econômicos (Kane, 2003).

Sendo a política a busca por um fim coletivo, e a competição política a disputa pelo seu controle, os atores políticos, ao disputarem o poder, necessitam dar justificar moralmente as suas escolhas, como forma de verificar uma legitimidade moral a elas e, dessa forma, prevenir que responsabilidades negativas caiam sobre eles (Kane, 2003). A legitimidade, portanto, tem um papel central na atuação e manutenção da liderança: quanto melhor justificadas as ações, desde que estejam em consonância com a moral, mais a sua liderança se tornará aceita pelo público geral e, por conseguinte, o governo adquirirá mais estabilidade e legitimidade. Porém, para que isso aconteça, é necessário que haja uma relação de consentimento e liberdade para com o eleitorado, garantindo seu direito de questionar e criticar as atitudes tomadas pelo líder, e é a partir desse julgamento social que o capital moral de um ator político começa a ser construído (Kane, 2003).

Isto posto, é possível inferir que a legitimação e o capital moral são uma via de mão-dupla, visto que o uso estratégico do capital por parte da liderança molda a ética individual que, por sua vez, possibilita uma reformulação da cultura organizacional das instituições e, por conseguinte, mobiliza apoio e estabilidade ao governo (Sison, 2003). Ainda, Ariel Wilkis (2014, tradução própria) coloca que essa legitimidade construída dentro de uma hierarquia social é advinda do acúmulo de capital moral. Esse acúmulo, por sua vez, é oriundo da visão que a audiência tem da conduta consistente do ator político diante das variáveis de observação do capital moral (Kane, 2003; Wilkis, 2014).

Nesse sentido, ter a habilidade é diferente de ter o capital: somente quando essa é mobilizada com vistas a ter um retorno é que ela pode ser denominada capital, ou seja, é a característica na prática. Sendo assim, o capital moral é um "prestígio moral — quer seja de um indivíduo, uma organização ou uma causa — em serviço útil" (Kane, 2003, p. 7, tradução

[4] O capital social é caracterizado por Bourdieu como "a agregação de recursos atuais ou potenciais que têm ligação estreita com uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento e de inter-reconhecimento" (Bourdieu, 1980 *apud* Alves, 2010). Além disso, é dependente da extensão da rede de relações de um indivíduo e como ele é mobilizado. Para Coleman, esse capital é dependente do contexto e da estrutura social (Coleman, 1988 *apud* Alves, 2010). De modo geral, McLean e McMillan (2003, *apud* Derichs *et al*, 2006) pontuam que o capital social advém de redes de contato, sistemas de relacionamento ou níveis de confiança entre indivíduos e grupos.

[5] O capital humano diz respeito ao conjunto das habilidades instrumentalizadas que determinarão o potencial produtivo de um indivíduo, empresa ou país (Kane, 2003).

própria). De modo semelhante ao que acontece com outros capitais, o capital moral deve ter seu uso estratégico bem gerenciado após sua instrumentalização, visto que essa etapa traz riscos quanto ao retorno, que pode não ser o esperado (Kane, 2003). Além dessas colocações, é importante reforçar a atuação da sociedade na construção desse capital, sendo fundamental o olhar público sobre as ações da pessoa política, de modo que elas sejam convencidas a conceder o capital moral através dessa relação entre o profissional e a realidade do público (Kane, 2003). Assim sendo, o capital moral é colocado como um recurso volátil, tendo em vista a dependência do julgamento social para que sua existência seja legitimada, precisando ser constantemente reforçado perante o eleitorado através de políticas públicas, ações e comportamentos (Derichs *et al*, 2006). Caso haja inconsistências entre os princípios éticos sociais e as decisões dos líderes, como o uso da moral como uma "moeda de troca" para adquirir outras coisas, o resultado é o aumento da desconfiança do eleitorado e perda do capital (Kane, 2003; Ilesanmi, 2025).

O diferencial do capital moral, portanto, reside na concepção de que, diferentemente do capital social — o qual poderia ser estudado como um traço da personalidade de um indivíduo, derivado do ganho de capital humano, cultural e intelectual —, ele é a fonte de caráter, valores e práticas apropriadas para o contexto sociocultural em que ele se insere (Sison, 2003). Nesse sentido, uma das razões pela qual um ator político consegue adquirir a confiança dos eleitores é especialmente infundado na ideia de que ele dificilmente abriria mão dos seus valores para obter, ilicitamente, riquezas, reconhecimento, conexões sociais ou lucro (Sison, 2003). Logo, o capital moral é dado pela audiência ao político que eles consideram mais social e moralmente próximo a eles, gerando um compromisso entre as partes (Gowricharn, 2004). Como aponta Alejo Sison (2003) e Kehinde Ilesanmi (2025), o uso do capital moral como instrumento político pode ser lido como um traço de integridade, honestidade e compromisso social, fundamental para a humanização da pessoa política, bem como para a eficácia dos seus objetivos políticos.

2.2. O papel do capital moral na legitimidade política de lideranças femininas

Apesar da posição notável da América Latina no que concerne à ascensão de mulheres às posições decisórias da política ao longo das últimas duas décadas, esse ainda é um número irrisório quando comparado com a quantidade total de líderes ao redor do mundo. Para Cynthia Enloe (2014), é de suma importância investigar como as mulheres chegam a posições de poder, de modo a expor a força do poder político na perpetuação das dinâmicas atuais nos

sistemas políticos que dificultam o acesso feminino aos cargos de alto-escalão. Nesse sentido, busca-se verificar como o capital moral age enquanto um legitimador da atividade política de mulheres.

Além da característica de reciprocidade entre atores políticos e eleitores que dá legitimidade aos governos a partir do uso do capital moral, no âmbito das lideranças femininas ele se torna um ativo essencial para a criação da sua imagem pública, a qual auxiliará na sua entrada em um espaço majoritariamente dominado pelo sexo masculino (Derichs *et al*, 2006). Esse ativo combinado com um aspecto de "novidade" e renovação da esfera política gera uma imagem pública forte da candidata, porém, esse artifício tem a característica de ser uma "faca de dois gumes". Isto porque essa mobilização promoverá sua liderança através de um grande apoio popular, o qual, por sua vez, vem acompanhado de uma alta expectativa que precisa ser atendida. Caso isso não aconteça, a reação negativa é muito alta, podendo custar seu cargo (Derichs *et al*, 2006).

Muitas vezes, essa expectativa de governabilidade em relação à moralidade da candidata advém dos estereótipos de gênero conformados nas sociedades (Lee, 2016). Como posto por Farida Jalalzai (2013, tradução própria) e Young-Im Lee (2016), cada cultura visualiza as mulheres e os homens como competentes em diferentes áreas e, como consequência dessa ideia, características tidas como masculinas são, muitas vezes, vistas como as ideais para o exercício da liderança, o que favorece a presença masculina nos cargos. Quanto às mulheres, o público considera mais as características normalmente vinculadas a elas para cargos voltados ao bem estar social e saúde (Huddy; Terkildsen, 1993 *apud* Jalalzai, 2013). Dessa forma, as mulheres têm de superar as diferenças impostas pela crença das diferenças habilidades enfatizando sua capacidade de balancear os atributos masculinos e femininos (Lee, 2016).

Muitos atores políticos também, uma vez que seu objetivo principal é manter ou chegar ao poder, costumam associar as mulheres aos seus familiares que já participaram do jogo político, porque esses laços representam "estabilidade política e institucionalização" (Jalalzai, 2013, tradução própria; Lee, 2016). Ademais, em alguns casos, os homens que já estão no poder auxiliam a candidatura das mulheres, além da imagem de maternidade que é associada a elas — o estereótipo das características de gênero instrumentalizado com fins políticos, como a apresentação de atributos normalmente associados às mulheres, pode levá-las ao poder (Chaney, 1979; Franceschet *et al*, 2015; Tripp *et al*, 2009 *apud* Jalalzai,

2013). Nesse sentido, até mesmo mulheres que não possuem laços familiares têm, diversas vezes, campanhas voltadas para esse aspecto familiar (Franceschet *et al*, 2015). Além disso, a participação feminina em movimentos ativistas também é um fator que pode ser identificado como um dos legitimadores da sua carreira política, através da própria organização institucional do movimento, que pode ajudá-las a ganhar relevância e popularidade no sistema político (Jalalzai, 2013).

Na América Latina, ainda há o fenômeno das *supermadres* como legitimador da ascensão política de mulheres. Conceito inicialmente apresentado por Elsa Chaney (1979), a *supermadre* aponta o uso estratégico da maternidade e do papel de cuidado associado à mulher para criar espaços para elas na vida pública (Franceschet *et al*, 2015). Sendo assim, é possível inferir que esse tipo de estereótipo dá uma experiência diferente às mulheres no campo político, transformando-as em seres de imagem limpa e incorruptível devido à transferência de virtudes da esfera pessoal para a pública (Rêgo, 2014). Por outro lado, o uso dessas características evidenciam a dificuldade de se atingir igualdade de gênero na política latino-americana, visto que reforçam o estereótipo da liderança masculina e voltam a atuação feminina para o âmbito privado (Franceschet *et al*, 2015).

Desse modo, o capital moral age como um fator decisivo na legitimação política de mulheres. Por outro lado, o que se pode observar é que a falta de igualdade de direitos políticos e estereótipos de gênero presentes nas sociedades são determinantes para a maneira como o capital será adquirido e usado.

2.3. As variáveis de observação

Para analisar a construção e a instrumentalização política do capital moral pelos candidatos, o presente trabalho considera a ideia que foi inicialmente proposta por John Kane (2003), a qual diz respeito à observação de quatro variáveis — causa, ação, exemplo e retórica e simbolismo — para a mobilização do capital moral. Assim sendo, cada uma delas será analisada separadamente com o objetivo de identificar o resultado final, a chegada ao poder através do uso do capital moral acumulado.

2.3.1. Causa

A causa é a variável que diz respeito aos valores ideológicos, morais e políticos que os candidatos se propõem a servir (Derichs *et al*, 2006). É a partir da serventia, defesa e apoio a tais objetivos que um líder consegue ampliar a sua estrutura de legitimidade e,

consequentemente, de apoio. À medida em que esses valores são cada vez mais ressaltados, mais sólida fica a estrutura de causas acumuladas, que irão auxiliar na construção do capital moral (Kane, 2003).

2.3.2. Ação

Esta, por sua vez, está relacionada às práticas realizadas pelo ator político e o seu desempenho. Como coloca Kane (2003), os líderes devem estar cientes de que serão os responsáveis pelas decisões difíceis que serão tomadas por eles mesmos ou por alguém que esteja "subordinado" a ele, independente dos seus valores e princípios defendidos. Desse modo, essa variável torna a estruturação do capital moral dependente da formulação de políticas e tomadas de decisões e do quão bem-sucedida elas serão diante da opinião pública, sendo essencial o sucesso dessas políticas (Kane, 2003).

2.3.3. Exemplo

O Exemplo, por sua vez, diz respeito ao comportamento do ator político, se está em conformidade com os valores defendidos. Esse pilar tem grande ligação com a variável de Ação em relação aos meios e os fins, já que na política, às vezes, é crucial tomar caminhos incertos ao tomar decisões difíceis. Apesar disso, os líderes devem evitar, a qualquer custo, aparentar haver transgredido qualquer um de seus valores, sendo imprescindível o reiterado compromisso em defesa das causas apoiadas (Kane, 2003).

2.3.4. Retórica e simbolismo

Para John Kane (2003), a retórica e o simbolismo são instrumentos empregados pelos líderes de forma a angariar maior lealdade dos seus seguidores, seja em tempos de fartura ou de derrotas. O que se espera de um líder político é que ele vá além da atuação em prol dos valores defendidos — logo, ele deve representar simbolicamente esses valores na sua própria pessoa (Kane, 2003, tradução própria).

É possível observar, portanto, que os quatro pilares que constituem os meios de formação do capital moral estão intrinsecamente conectados: uma vez que o político recebe a incumbência de atuar como a representação simbólica de um conjunto de valores, a opinião pública tem valor fundamental para validar o funcionamento das outras três variáveis, podendo acrescentar ao capital moral ou arriscá-lo, a depender da sua conduta.

3. Os direitos políticos das mulheres na América do Sul e no Chile

Na primeira década dos anos 2000, a América do Sul vivenciou um percepcionado movimento de ascensão de governos progressistas, a denominada "onda rosa" (Fagundes, 2023). Nesse cenário, tem-se a eleição da primeira mulher para a presidência na região em 2006, quando Michelle Bachelet foi a candidata eleita para comandar o Chile. Posteriormente, em um curto período de tempo, outros dois países sul-americanos — a Argentina e o Brasil — elegeram, em 2007 e em 2010, Cristina Fernández de Kirchner[6] e Dilma Rousseff, respectivamente, para o mais alto cargo do poder executivo.

Apesar disso, é necessário destacar que a chegada de mulheres ao mais alto cargo do poder executivo de seus países é resultado de uma longa mobilização feminina em busca da equidade de gênero. São nos anos finais do século XIX que os movimentos feministas sul-americanos começam a se posicionar contra a discriminação e opressão sofrida pelas mulheres ao longo da história (Chaves, 2017). De acordo com Dulce Daniela Chaves (2017), alguns momentos foram cruciais para a luta dos direitos políticos das mulheres. No Chile, a tese "*Derechos civiles de la mujer*", da advogada e educadora Matilde Brandau Galindo, em 1898 (*apud* Chaves, 2017), expõe a perda de direitos civis a partir do momento em que elas se casam, sendo nesse contexto que se iniciam os movimentos pelo sufrágio feminino.

Além da influência das intelectuais, o sucesso da conquista do voto feminino na América do Sul advém, também, da "tradição dos clubes femininos, organizações antiescravistas e grupos vinculados ao feminismo que intervieram na opinião pública através da imprensa, da arte e da literatura" (Aguilar *et al*, 2022, tradução própria). Como observam María Alejandra Aguilar, Vanesa Miseres e Claudia Montero (2022), o processo do reconhecimento do voto feminino na região se apresentou como um movimento transnacional, com redes internacionais criadas ao longo das três primeiras décadas do século XX que buscavam debater a igualdade política e civil da mulher.

Com uma petição, em 1924, Matilde Hidalgo, a primeira médica equatoriana, questionou ao Conselho do Estado porque teve seu registro de voto negado se dentro da constituição não especificava o gênero de quem poderia votar. Diante disso, o órgão judicial adotou uma resolução e, em 1929, o Equador se tornou o primeiro país da região a permitir o

[6] Apesar de não ter sido a primeira mulher presidente da Argentina — posto ocupado por Isabel Perón, que era vice-presidente e assumiu a presidência depois da morte de Juan Domingo Perón, seu marido e então presidente —, Fernández de Kirchner foi a primeira mulher a ser eleita diretamente para o cargo (BBC Brasil, 2007).

voto[7] e a candidatura feminina na sua nova Constituição. Posteriormente, Hidalgo ainda se tornou a primeira mulher eleita para cargos públicos no país (Peralta, 2024; Smink, 2013). Em 1932, os direitos de votar e serem votados foram estabelecidos no Brasil e no Uruguai (Brasil, 2026; Peralta, 2024). Mais de dez anos depois, uma nova onda se inicia com a Guiana permitindo que mulheres concorram às eleições em 1945 — o voto só foi permitido em 1953. Em 1946, a Venezuela promulgou a Lei de Registro Eleitoral, e o Suriname concedeu o direito em 1948 (Peralta, 2024; Women in Politics, s.d.). Em 1947, em um anúncio histórico, a primeira-dama da Argentina Eva Duarte de Perón, anuncia a promulgação da lei que dá o direito ao voto às argentinas (Argentina, 2021). O Chile dá um início gradual à entrega de direitos políticos às mulheres, com o sufrágio municipal feminino promulgado em 1934 e, no ano seguinte, durante as eleições municipais, as chilenas puderam votar e serem votadas pela primeira vez (Chile, 2025). Porém, as mobilizações dos movimentos feministas continuaram pressionando pelo sufrágio universal das mulheres, o qual só foi conquistado em 1949[8], com a primeira participação delas em uma eleição acontecendo em 1952, mesmo ano em que a Bolívia realizou seu sufrágio (Chile, 2026; Peralta, 2024). Por fim, os últimos países da América do Sul que promulgaram leis que permitem o voto feminino foram o Peru, em 1955, e o Paraguai, em 1961 (Paraguai, 2025; Peralta, 2024; Smink, 2013).

Contudo, a onda de ditaduras no continente na segunda metade do século XX, que perdurou até o final dos anos 80, deixou marcas nos movimentos sociais, incluso o feminista, que eram originárias da privação de direitos civis patrocinados pelos governos ditatoriais. No Chile, o golpe militar de 1973 transformou o movimento de mulheres em um ator político que buscava, sobretudo, defender os direitos humanos e enfrentar a crise de subsistência diante da reforma neoliberal promovida pelo regime de Augusto Pinochet (1973-1990) (Chile, s.d.; Palma, 2015). Nesse sentido, a atuação feminina na política chilena tinha sido breve — foram 24 anos de participação efetiva (1949-1973), com a retomada dos direitos eleitorais somente nos anos 1990 (Vásquez, 2012).

Nos anos 1980, os movimentos feministas no Chile começaram a se dedicar, também, à luta pela retomada da democracia. Julieta Kirkwood, socióloga chilena, foi uma das

[7] Inicialmente, só era permitido o voto para as mulheres que demonstrassem ter "competências" para tal ato; o voto sem restrições só foi permitido em 1967 (Smink, 2013).

[8] Entre os 15 anos que separaram o sufrágio municipal do sufrágio universal feminino, diversos projetos foram apresentados ao Congresso Nacional do Chile, com destaque ao das advogadas Elena Caffarena e Flor Heredia, apresentado em 1941 ao presidente e contava com o apoio deste, mas não foi aprovado. Em 1946, tem-se o aumento das pressões das organizações feministas, como a *Federación Chilena de Instituciones Femeninas* (FECHIF, criada em 1944) e o *Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile* (MEMCH, criado em 1935 e dissolvido em 1953), em campanhas públicas e na imprensa (Chile, 2025).

precursoras do *Movimiento Feminista*[9], o qual articulou a luta das mulheres contra a ditadura militar (Chile, s.d.). Apesar de conflitos internos entre as feministas e as políticas, o movimento manteve a unidade, movido pela recuperação da democracia e combate da opressão sofrida pelas mulheres.

Com a ratificação do instrumento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)[10] em 1989, e o retorno pleno da democracia em 1991, o Estado Chileno começou a implementar políticas públicas que garantam os direitos e participação igualitária das mulheres na política e na vida social, como a criação do Serviço Nacional da Mulher (SERNAM)[11]. Outras reformas foram feitas através de edições nas leis chilenas, dentre elas a inclusão do reconhecimento da igualdade jurídica entre homens e mulheres (Grassi, 2024; Obrador, 2000). Em 2015, é introduzida uma lei de cotas (Lei N° 20.840 de 5 de maio de 2015) que obriga os partidos políticos, das eleições de 2017 até as de 2029, a não terem a participação de nenhum gênero (homem ou mulher) com uma porcentagem acima de 60% do total de candidatos. Além disso, fica estabelecido o pagamento de 500 Unidades de Fomento (UF)[12] ao partido por cada candidata eleita e reembolso por gastos eleitorais de 0,0100 UF a cada voto obtido (Grassi, 2019, tradução própria).

Apesar da introdução das políticas que buscam a equidade entre homens e mulheres, o caminho até a sua plenitude aparenta ser longo. Ao longo dos três primeiros governos que estiveram a frente do Chile após a redemocratização, o que se pode observar em relação à presença feminina em cargos públicos foi a baixa representatividade, principalmente nos gabinetes ministeriais, algo que só chegou perto da paridade no primeiro governo de Michelle Bachelet (2006-2010), com a representação feminina nos ministérios variando entre 40% e 50% dos cargos; no segundo mandato (2014-2018), a porcentagem de ocupação ficou entre

[9] Com o lema "*Democracia en el país y en la casa*", Kirkwood e o movimento feminista chileno advogavam pelo fim do autoritarismo tanto no ambiente público quanto no privado (no âmbito do lar e da família) (Chile, s.d.).

[10] Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 3 de setembro de 1979, a CEDAW (sigla em inglês) contribuiu fundamentalmente na luta contra a discriminação das mulheres. A fim de evitar práticas excludentes, os Estados Partes devem "adotar em todos os âmbitos as medidas apropriadas, 'inclusive de caráter legislativo', que permitam assegurar o pleno desenvolvimento e avanço da mulher, com o objetivo de garantir seu exercício e gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais em condições iguais às dos homens." (Chile, s.d., tradução própria).

[11] Em espanhol: *Servicio Nacional de la Mujer* (SERNAM). É um organismo cujo objetivo é o de colaborar com o Executivo para estudar e criar medidas que promovam igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens no processo de desenvolvimento político, social, econômico e cultural do país (Grassi, 2024).

[12] A Unidade de Fomento (UF) é uma unidade de conta ancorada às variações da inflação, mantendo seu valor constante. Foi criada em 1967 para estabilizar o valor dos créditos diante da inflação (Valencia; Verbanaz, 2025, tradução própria).

39% e 35% (Grassi, 2024). Em contraste, o primeiro mandato do seu sucessor Sebastián Piñera (2010-2014; 2018-2022) oscilou entre 27% e 18% de mulheres em cargos no gabinete, em oposição aos, aproximadamente, 30% no segundo mandato. Em 2022, Gabriel Boric (2022-2026) assumiu a presidência com um gabinete de maioria feminina que, mesmo com mudanças, manteve a paridade (Grassi, 2024). Ainda no governo Boric, o Chile tornou-se pioneiro na América do Sul ao estabelecer uma Política Externa Feminista[13] (Cunha, 2025).

Nas eleições de 2026, as mulheres conquistaram 33,5% das cadeiras da Câmara dos Deputados, e 32% do Senado, este sendo o maior número da história do Chile (Más para Chile, 2026). Mesmo não figurando entre os principais países latino-americanos em matéria de paridade de gênero na política[14], os dados apresentados evidenciam que a luta feminina tem sido essencial para promover a ocupação de importantes setores na sociedade por parte das mulheres.

[13] A Política Externa Feminista do Chile tem o objetivo de estabelecer "os princípios da igualdade e da não discriminação como um eixo orientador no trabalho da política exterior do Chile", através da promoção de ações de transversalização de gênero com o propósito de "eliminar os obstáculos que impedem o avanço de mulheres e meninas em direção do pleno exercício da sua autonomia e direitos." (Chile, s.d., tradução própria).

[14] No *ranking* de 2026 da Inter-Parliamentary Union e da ONU Mulheres, o Chile está na 50ª posição na representação feminina no parlamento, e ocupa a 19ª na quantidade de mulheres no gabinete ministerial (Inter-Parliamentary Union, 2026).

4. Michelle Bachelet: uma vida política

Verónica Michelle Bachelet Jeria nasceu no dia 29 de setembro de 1951, em Santiago do Chile, filha de Ángela Jeria Gómez, uma arqueóloga, e Alberto Bachelet Martínez, um General da Brigada da Força Aérea do Chile (FACh) (Chile, s.d.). No momento do seu nascimento, as mulheres chilenas nunca tinham votado para a presidência, somente no ano seguinte é que elas participariam, pela primeira vez, de uma eleição presidencial (Irarrázabal, 2018). Criada em um lar onde as ideias militares e progressistas são coexistentes, é nesse cenário que Michelle tem o primeiro contato com a ideia de disciplina e cumprimento dos seus deveres; ao mesmo tempo em que, influenciada pela família materna, se aproxima das questões sociais e de gênero (Insunza; Ortega, 2018).

Por causa do trabalho do seu pai, Michelle morou em diversas cidades do Chile quando criança, até se mudarem para Washington D.C., nos Estados Unidos, quando Alberto se tornou adido da embaixada chilena em 1962 (Manz, 2011). Como explicita Adriana Teles (1998), a década de 1960 nos EUA é marcada pela ascensão das mobilizações populares por direitos civis. Os contrários às guerras, principalmente a do Vietnã, dos movimentos negro, feminista e estudantil, e é nesse contexto em que Michelle Bachelet começa sua observação do mundo político (Manz, 2011).

No retorno ao Chile em 1964, a família encontra um país politicamente equilibrado, com os quatro grandes grupos partidários — a aliança de conservadores e liberais, o Partido Radical, a coalizão de esquerda Unidade Popular (UP) e o Partido Democrata Cristão (PDC) — buscando conciliar suas ideias e programas (Manz, 2011; Silva, 1972). Nessa época, Salvador Allende, um dos representantes da UP, ganhava notoriedade no cenário político, especialmente ao virar presidente do Senado em 1965 (Winn, 2010 *apud* Jardim, 2024). Apesar disso, o país enfrentava uma crise social, onde o então presidente Eduardo Frei do PDC foi perdendo o apoio popular ao longo do mandato, uma vez que as reformas promovidas por seu governo não agradavam a população (Roucek, 1971).

O início de uma polarização política e social reflete no resultado das eleições de 1970, onde nenhum dos candidatos obteve a maioria de votos necessária para a presidência (Roucek, 1971). Salvador Allende, candidato da UP, que propunha chegar ao socialismo pela via democrática, foi o representante mais votado pela população, com 36,3% dos votos, porém, devido às circunstâncias, a decisão de quem seria o presidente precisava ser feita pelo Congresso (Jardim, 2024; Roucek, 1971). Apesar das tentativas dos opositores de barrar sua

vitória, Allende é eleito presidente da república pelo congresso, consolida-se como o primeiro presidente socialista democraticamente eleito na América Latina, e inicia seu governo consolidando algumas de suas propostas, como a reforma agrária e a nacionalização de indústrias estratégicas para o país, principalmente (Paúl, 2023; Winn, 2010 *apud* Jardim, 2024). Nessa mesma época, Michelle Bachelet iniciou sua graduação em medicina na Universidade do Chile e entrou na Juventude do Partido Socialista (PS), sendo parte de um setor moderado que apoiava o governo de Salvador Allende, contrariando as diretrizes do partido (Insunza; Ortega, 2018). Nessa senda, seu pai se tornou secretário da Direção Nacional de Abastecimento e Comercialização (DINAC) em 1973, um cargo político nomeado por Allende, cuja função era a de combater o comércio ilegal (Chile, s.d.; Montes, 2014). Ao longo do seu mandato, Salvador Allende tentava conciliar as vontades dos opositores com o seu governo, mas a situação tornava-se cada vez mais insustentável, com uma alta polarização na sociedade, e propôs convocar um plebiscito para definir se seu governo continuava ou não (Chile, s.d.).

Como colocado por Rocío Montes (2014), Alberto Bachelet era um homem de esquerda e republicano e, por esse motivo, foi deixado à margem das conversas das Forças Armadas[15] que conspiravam contra o governo. No dia 11 de setembro de 1973, o golpe que planejava derrubar Salvador Allende foi consumado, dando início à ditadura de Augusto Pinochet (Chile, s.d.; Montes, 2014). No mesmo dia, o General Bachelet, opositor do golpe, foi detido e torturado, dando início a uma etapa de detenção onde ele era mantido entre a Prisão Pública de Santiago, sua casa e o presídio da Academia de Guerra Aérea (AGA) (Montes, 2014). Nos dias seguintes ao golpe, Michelle Bachelet, junto de outros alunos membros do núcleo socialista da sua faculdade, decidiram ocupar o centro acadêmico de medicina, visando evitar a ocupação do local pelos estudantes apoiadores do novo regime (Insunza; Ortega, 2018).

Como consequência das torturas às quais foi submetido pelos seus companheiros de instituição, Alberto Bachelet morreu na prisão, após um ataque cardíaco, em março de 1974 (Chile, s.d.; Montes, 2014). Contudo, Michelle continuou sendo militante do PS clandestinamente, junto de seu namorado na época, Jaime López Arellano, que foi preso sob a premissa de ser o líder do Partido Socialista e desapareceu durante o regime, mesmo tendo

[15] As Forças Armadas do Chile estavam divididas entre os "constitucionalistas" e os "golpistas" (Milos, 2013 *apud* Chile, s.d.).

colaborado com ele (Matamala, 2013 *apud* Insunza; Ortega, 2018). O episódio de Arellano[16] é tido como um dos pontos cruciais para entender a construção da personalidade política de Bachelet, o qual junto da perda de seu pai, de acordo com Daniel Matamala (2013 *apud* Insunza; Ortega, 2018), teriam influenciado na sua maneira de governar e tomar decisões, dando-lhe um senso de responsabilidade e lealdade.

No dia 10 de janeiro de 1975, Bachelet e sua mãe, Ángela Jeria, foram presas e levadas para o Centro de Detenção Villa Grimaldi, em Santiago, onde foram submetidas a torturas psicológicas e físicas, e depois transferidas para o centro de detenção e tortura Cuatro Álamos (Chile, s.d.). Perseguida pelo regime, Michelle interrompe seus estudos na Universidade do Chile, e é exilada com a sua mãe em fevereiro de 1975, indo inicialmente para a Austrália, onde seu irmão Alberto morava e, posteriormente, para a República Democrática da Alemanha (Chile, s.d.; Manz, 2011). Vivendo em Potsdam e Leipzig, Bachelet teve contato com outros militantes chilenos exilados e participou de um setor mais radical do PS (Insunza; Ortega, 2018). Ademais, aprendeu alemão e pôde dar continuidade à sua graduação em medicina na Universidade Humboldt de Berlim, ao mesmo tempo em que buscava dar visibilidade internacional às violações de direitos humanos que aconteciam no Chile (Chile, s.d.).

Em 1979, Michelle retorna ao Chile, retoma seus estudos — formando-se médica cirurgiã pela Universidade do Chile em 1982 — e começa a se engajar em movimentos de defesa dos direitos humanos e contrários à ditadura de Pinochet (Chile, s.d.; Furlin, 2022). Em 1983, ela se candidatou a uma vaga de médica geral do sistema público de saúde mas, quando saíram os resultados, viu que seu pedido foi negado por razões políticas (Insunza; Ortega, 2018). Posteriormente, Bachelet ganha uma bolsa de estudos para especializar-se em pediatria e saúde pública, e começa a atuar como médica na Fundação para a Proteção da Infância Prejudicada pelos Estados de Emergência (PIDEE, na sigla em espanhol), organização que prestava assistência à família e filhos daqueles que desapareceram, foram presos e perseguidos pela ditadura militar (Chile, s.d.; Villar, 2023 *apud* Dietz *et al*, 2023).

Em 1988, Pinochet perdeu o plebiscito que decidiria se sua ditadura continuaria ou não, e as eleições em 1989 consagram Patricio Aylwin como o novo presidente do Chile a partir de março de 1990. Durante esse governo, Bachelet saiu da PIDEE, foi epidemiologista da Comissão Nacional da AIDS (CONASIDA) e trabalhou no Serviço de Saúde

[16] Bachelet coloca que existem várias versões sobre o que aconteceu com ele na cadeia, mas é consenso que ele teria entregado nomes à Direção Nacional de Inteligência (DINA) após episódios de tortura (O Globo, 2014).

Metropolitano Ocidente; ao mesmo tempo, foi consultora da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ) (Universidad de Chile, s.d.). É no governo seguinte, de Eduardo Frei Ruiz-Tagle, que sua carreira no âmbito público realmente começa. O diretor do Serviço de Saúde de Araucanía, o socialista Fernando Muñoz, escolhe Michelle para ser a encarregada de negociar o estatuto de atenção primária do Ministério da Saúde, aprovado em 1995 (Insunza; Ortega, 2018).

5. A construção do "*liderazgo femenino*"

A carreira de Michelle Bachelet na política começa efetivamente no início de 1996, quando foi formalmente declarada integrante do Comitê Central do Partido Socialista do Chile. No mesmo ano, candidatou-se à prefeitura da municipalidade de Las Condes[17], mas não foi eleita, tendo sido o candidato da oposição, Joaquín Lavín, da *Unión Demócrata Independiente* (UDI)[18], o vencedor da corrida eleitoral (Chile, s.d.; Insunza; Ortega, 2018). Apesar dessa derrota[19] e da decepção relacionada à transição democrática[20], nos anos de governo da *Concertación*[21] (de 1990 até a sua eleição, em 2006), Bachelet fez parte da assessoria do ministro da saúde do governo Ruiz-Tagle (1994-2000), além de ter iniciado seus estudos na área militar tanto no Chile, quanto nos Estados Unidos. Serviu, também, como assessora dos ministros da defesa durante os governos da mesma coalizão (Cruz, 2002). No período eleitoral de 1999-2000, ainda, ela foi escolhida para compor o comitê central do Partido Socialista, o ponto mais alto do terceiro governo da *Concertación* (Insunza; Ortega, 2018; Jalalzai, 2016).

Com a eleição de Ricardo Lagos em 2000, o primeiro presidente socialista desde Salvador Allende, Bachelet foi indicada ao cargo de Ministra da Saúde, onde ela promoveu reformas no sistema de saúde através da implementação do plano de *Acceso Universal de Garantías Explícitas* (AUGE). Este garante o acesso à prestação de serviços de saúde públicos para tratamento de cerca de 90 patologias a todos os pacientes chilenos (Chile, 2015). Além disso, Bachelet ganhou amplo reconhecimento e solidariedade do público ainda no início do cargo ao ter que lidar de forma rápida com as filas dos consultórios[22], compromisso de campanha de Lagos — que chegou a declarar que, caso o ministério não

[17] Santiago do Chile, a capital do país, é subdividida em comunas e municipalidades, a última sendo relativa às regiões que sediam as instituições que governam os territórios geográficos (comunas) da área urbana da Grande Santiago. A municipalidade de Las Condes é responsável pela administração da comuna homônima, e é através de eleições municipais, por meio do voto direto, em que são eleitos o prefeito e os vereadores das comunas (Chile, 1988).

[18] Um dos partidos que constituíam a *Alianza por Chile*, coalizão política entre os principais partidos de direita do Chile, como a *Renovación Nacional* (RN) e a própria *Unión Demócrata Independiente* (UDI) (Chile, s.d.).

[19] Insunza e Ortega (2018) classificam essa candidatura como sendo puramente disciplina partidária, pois já era sabido que seria uma "disputa perdida".

[20] Mesmo saindo do poder em 1990, Pinochet permaneceu como comandante das Forças Armadas até 1998 e, no dia seguinte, assumiu uma cadeira de senador vitalício no Parlamento, na qual permaneceu até 2002, alegando que seu estado de saúde não o permitia mais exercer o cargo (Pinochet…, 2006).

[21] A *Concertación* foi uma das duas coalizões partidárias que surgiram em 1989, com o retorno à democracia no Chile. Os partidos de centro-esquerda e esquerda, opositores do regime de Pinochet se juntaram na "*Concertación de Partidos por la Democracia*" e, até as eleições de 2006, todos os presidentes eleitos pertenciam aos partidos que conformavam essa aliança (Jalalzai, 2016).

[22] O prazo iria até o dia 12 de junho de 2000, que coincidia com o frio anterior ao inverno, considerada uma época catastrófica para o sistema de saúde primário (Insunza; Ortega, 2018).

conseguisse solucionar rapidamente o problema, a ministra teria de renunciar. Chegando a data estabelecida, a então ministra só podia garantir que tinha acabado com 82% das filas e entrega a sua renúncia ao presidente. Por sua vez, o então presidente não a aceitou, porque dizia que ela era a pessoa mais capacitada para seguir liderando as mudanças na saúde. Nessa época, pesquisas apontavam que Michelle Bachelet era a ministra mais popular do governo, sendo esses resultados usados pela Concertación para decidir quem seria seu candidato presidencial (Dockendorff, 2010; Insunza; Ortega, 2018). Dois anos depois, em 2002, Lagos a nomeou Ministra da Defesa Nacional, tornando-se a primeira mulher tanto no Chile, quanto na América Latina, a ocupar este cargo (Candidatura…, 2026). Nessa mesma época, Bachelet angariou 66% de aprovação durante seu mandato ministerial, com um crescimento crescente até 2004, quando recebe 72,5% de aprovação (Dockendorff, 2010).

"Sou mulher, socialista, vítima da ditadura, separada e agnóstica; tenho cinco pecados capitais, mas vamos trabalhar bem", disse Michelle Bachelet durante a primeira reunião com a cúpula militar após assumir o cargo de ministra da defesa (Rusiñol, 2005, tradução própria). A sua chegada ao mais alto cargo do Ministério da Defesa do Chile (2002-2004), à época, representou a retomada da normalidade democrática de um país que vivenciou uma ditadura militar intensamente repressora dos opositores por quase 20 anos e que, agora, permitia políticos dos mais diversos partidos a ascenderem aos cargos do governo (Cruz, 2002). Sendo uma liderança muito marcada por simbolismos devido à sua história pessoal, um dos seus objetivos ao chefiar o ministério era o de reaproximar as Forças Armadas ao mundo civil (Valdés, 2010). Além disso, durante seus quatro anos de atuação à frente do ministério, Bachelet promoveu reformas institucionais que possibilitaram avançar na busca pela igualdade de oportunidades para mulheres nas áreas de defesa e de segurança. Ademais, a então ministra da defesa tinha uma agenda que buscava modernizar o Ministério — como as mudanças da obrigatoriedade de alistamento no serviço militar —, e trabalhar e progredir em matéria de direitos humanos, incentivando a participação das Forças Armadas em missões de paz — como no Chipre e na Bósnia e Herzegovina (Barrueto, 2018; Chile, s.d.). Renunciou ao cargo em 1º de outubro de 2004 para dedicar-se à sua pré-candidatura presidencial (Chile, s.d.).

A corrida à presidência do Chile de Michelle Bachelet iniciou, primeiramente, pela disputa entre os prováveis candidatos da *Concertación*, na qual ela teve de enfrentar três grandes nomes: José Miguel Insulza, ministro do interior e membro do PS; Fernando Flores, do *Partido por la Democracia* (PPD); e Sergio Bitar, que possuía maior apoio do PPD e era

ministro da educação. Apesar de ser mulher, mais jovem e com menos experiência política que os três, ela sempre os vencia nas enquetes de escolha para o candidato da coalizão, bem como nas pesquisas de intenção de voto entre os possíveis candidatos da *Concertación* e Lavín, candidato da oposição (Insunza; Ortega, 2018). Apesar disso, existia uma dúvida entre os dirigentes dos partidos de esquerda a respeito do apoio dos chilenos à candidatura e liderança feminina do país — a qual foi sanada após um levantamento entre agosto e setembro de 2004 que mostrava que 60% dos questionados acreditavam que uma mulher teria condições de governar o país (Insunza; Ortega, 2018). Todavia, o Chile era visto internacionalmente como um país conservador, com grande população católica, onde o divórcio só passou a ser permitido em 2004 e a participação de mulheres na política estava abaixo da média regional, o que gerava questionamentos sobre a eleição de uma mulher que ia na direção contrária dos moldes tradicionais (Chile, s.d.; Montecinos, 2017).

Nos meses finais de 2004, contando com o respaldo de grandes nomes do PS, da *Concertación* e do presidente, Ricardo Lagos, Michelle Bachelet começa a construir sua campanha eleitoral para as eleições de 2005-2006. Sob a condição de que o partido iria apoiar as suas próprias decisões em vez de decidir por ela, sua candidatura é oficializada em maio de 2005, depois de oito meses de campanha ao longo do território, uma disputa com Soledad Alvear[23] marcada por dois debates e a desistência da ex-chanceler da corrida presidencial pela *Concertación* (Insunza; Ortega, 2018). O cenário da oposição, por outro lado, tinha mudado: o candidato da direita com maior apoio popular não era mais somente Joaquín Lavín, a entrada de Sebastián Piñera, da *Renovación Nacional* (RN), representou uma pressão sobre a vantagem de Bachelet, mas sem grandes mudanças nos percentuais, bem como entrava numa disputa por votos com o candidato (Insunza; Ortega, 2018). Por conseguinte, a porcentagem de apoio à Michelle Bachelet também se viu em declínio em 2005, saindo de 47% em junho para 38% nas pesquisas de novembro do mesmo ano (Dockendorff, 2010).

Para formar seu gabinete, ela deu preferência às figuras políticas menores, como o governador de Arauco, Rodrigo Peñailillo, que virou o chefe do gabinete da candidata. Outras características notáveis da formação foram a ausência de um comando geral, de modo a preservar sua autonomia; incorporação de mulheres na equipe; e a aproximação de um novo setor da elite da *Concertación*, além da dosificação das suas aparições em público, com

[23] De 2003 até maio de 2005, Soledad Alvear, do partido *Democracia Cristiana*, ex-Ministra das Relações Exteriores do governo de Ricardo Lagos, era uma das pré-candidatas à presidência pela *Concertación*; junto com Bachelet, elas eram as pré-candidatas da *Concertación* com maior apoio popular e tinham o objetivo comum que era o de buscar a chegada de uma mulher à presidência (Insunza; Ortega, 2018).

momentos reservados na agenda para estar com a família (Insunza; Ortega, 2018). Como é colocado por Andrea Insunza e Javier Ortega (2018, p. 300, tradução própria),

> Discursivamente, a campanha de Bachelet se baseou em três eixos: primeiro, era mulher, o que representava um novo estilo. Segundo, sua liderança havia sido imposta da opinião pública às estruturas políticas, visto que era enfatizada sua origem de fora dos círculos de poder e lançou uma campanha cidadã. Terceiro, a candidata se distanciou da administração Lagos, como forma de realçar o conceito de mudança de uma coalizão que estava há três mandatos no governo.

No mês anterior às eleições de dezembro de 2005, verificou-se que Bachelet estava perdendo os pontos percentuais que tinha de vantagem sobre Piñera, devido ao aumento da sua popularidade, bem como de Tomás Hirsch, candidato da esquerda extraparlamentar (Partido Humanista). Com isso, sua equipe, junto do gabinete de Ricardo Lagos no La Moneda, iniciaram mudanças na sua campanha, que buscavam frear o avanço dos dois candidatos e conectá-la mais à população chilena — esta foi realizada através da intensificação das suas saídas de campo, nas quais ela conversava e interagia com possíveis eleitores (Insunza; Ortega, 2018). Tal ação era vista pelo eleitorado como característica da sua campanha cidadã, que a aproximava e dava ouvidos à população para que participasse da construção das suas políticas de governo (Monreal, 2013).

O resultado do primeiro turno das eleições mostrou um cenário preocupante para a *Concertación*. Apesar de Michelle Bachelet ter avançado para o segundo turno com Sebastián Piñera, a porcentagem dos votos para ela foi menor que o esperado (45,96% para Bachelet, 25,41% para Piñera) (Chile, 2005; Insunza; Ortega, 2018). Com isso, a decisão tomada foi a de corrigir os erros da campanha para o segundo turno, especialmente ao de dar fim à "campanha cidadã", colocar políticos mais experientes no seu gabinete, a criação de um comando geral, sobretudo inclinado ao presidente Ricardo Lagos, que tinha 60% de aprovação do público, e da elite dirigente da *Concertación*. Apesar dos altos e baixos enfrentados por Bachelet nas estratégias para angariar os votos que estavam "sobrando", ela foi eleita, em janeiro de 2006, com 53,5% contra 46,5% de Piñera (Chile, 2005; Insunza; Ortega, 2018).

Michelle Bachelet, agora, entrava para a história não somente por ser a primeira presidente mulher popularmente eleita do Chile, mas também pelas conquistas e representações que vinham com essa vitória. Considerada uma *outsider*, ela não tinha integrado os principais círculos das elites políticas e enfrentou uma série de adversidades ao longo da sua vida, mas que não a impossibilitaram de chegar ao mais alto cargo do

funcionalismo público do país. A construção do *liderazgo femenino*, baseado na incorporação da maternidade à liderança segundo Bachelet, foi um dos pilares que a auxiliaram na quebra do "teto de vidro" da política, demonstrando aos chilenos que seu novo símbolo político era alguém empático, que defenderia os direitos e o bem-estar do Chile (Lihach, 2016; Rayas; Rubio, 2022).

6. A ruptura do teto de vidro

A ruptura do "teto de vidro" da política por parte das líderes mulheres é derivado, além de outros fatores — como uma nova face para a política —, do bom manejo da sua imagem ligada aos ativismos, independente das causas que defendem (Derichs *et al*, 2006; Jalalzai, 2013). Além disso, considerando que os estereótipos normalmente associados ao gênero feminino estão dentre os fatores que facilitam a obtenção do capital moral, é natural que eles sejam instrumentalizados e combinados com traços normalmente considerados masculinos para que a candidatura das mulheres aos cargos, como de presidente da república, seja validada (Jalalzai, 2013). Piper Hodson (1997 *apud* Jalalzai, 2013) identifica que é mais comum que mulheres cheguem ao topo de um governo em sistemas semipresidencialistas, isso seria devido ao fato de que o poder é mais disperso entre as partes e pode acontecer indicação ao cargo, especialmente quando comparado a um sistema presidencialista, que pode ter uma concentração maior de poder nas mãos de uma pessoa, a qual, normalmente, chega ao poder através de eleições populares.

Nesse sentido, Michelle Bachelet, diferente de outras líderes mulheres que, em grande maioria, eram primeiras-ministras, chegou ao cargo máximo da República do Chile, cujo sistema de governo é presidencialista (Chile, s.d.; Jalalzai, 2016). O modo da sua ascensão ao poder pode ser considerada como uma "novidade", considerando que ela não usou credenciais familiares para sua promoção política, como outras líderes na América Latina historicamente tinham feito (Franceschet *et al*, 2015; Jalalzai, 2016). Apesar de ainda ter contado com o suporte da coalizão partidária que estava na presidência do país desde a redemocratização, observa-se que a sua experiência institucional à frente dos Ministérios da Saúde e da Defesa, principalmente, foi um grande impulsionador da sua popularidade diante do público chileno.

Diante disso, apresentar-se-á, a seguir, a análise do uso das variáveis de capital moral no que diz respeito à sua construção e mobilização dentro do âmbito da eleição de Michelle Bachelet para a presidência do Chile. Na tabela abaixo estão presentes as definições e critérios considerados para realização da análise.

Variável	Definição	Critérios
Causa	Diz respeito aos valores ideológicos, morais e políticos do candidato (Derichs *et a*l, 2006).	Foram considerados momentos em que é possível verificar abertamente a defesa da democracia, dos

		direitos humanos e das mulheres.
Ação	Referente à performance e atos da pessoa (Kane, 2003).	Consideraram-se discursos e políticas que estavam alinhadas com as suas causas defendidas.
Exemplo	Conformidade entre as causas e as ações observadas pelo público (Kane, 2003).	Observou-se a sua biografia, que pode legitimar as suas proposições políticas.
Retórica e simbolismo	A representação dos valores defendidos na sua própria pessoa (Kane, 2003).	Análise dos gestos, políticas públicas e discursos proferidos.

5.1. Causa

> "*Cuando yo era joven no me declaraba feminista, porque en esa época el feminismo que conocía no incluía en su relato las condiciones político-sociales. Para mí no bastaba luchar contra la cultura patriarcal para mejorar la sociedad. Hoy me declararía más feminista que antes, porque se conjugan más claramente las dos cosas: una mirada política junto com terminar con la cultura patriarcal*." (Bachelet, 2018 *apud* Borzutzky; Dammert, 2019)

Como já colocado, a causa observa os valores ideológicos, morais e políticos defendidos pelos atores políticos (Kane, 2003). Para Bachelet, a defesa da democracia, dos direitos humanos e das mulheres acontece de forma imperativa ao longo de sua vida. Nascida em um país com muitas raízes conservadoras, em que diversos direitos das mulheres, como o voto, somente foram concedidos após o seu nascimento, a ênfase dada à pauta da igualdade de gênero durante a sua primeira campanha presidencial (Borzutzky; Dammert, 2019) vai além do seu próprio ser — é uma questão política, que envolve a luta por direitos civis em todos os âmbitos. A falta de democracia no seu país teve desdobramentos na sua vida pessoal que a privaram de exercer seus direitos como mulher e como cidadã, bem como de outras pessoas do seu círculo social, como os de seu pai — cuja opressão praticada por seus companheiros de trabalho custou a sua vida; e da sua mãe que, junto de Michelle, foi vítima dos atos de violência praticados pelos membros do governo pinochetista.

Diferentemente do que é uma das hipóteses colocadas por Kane (2003) para a construção do pilar da causa, quando Bachelet defende publicamente a democracia, os direitos humanos e a igualdade de gênero, o público chileno não precisa ser convencido da sua verdade e constância perante a proteção desses temas. Tendo sido o sofrimento causado à

candidata inerente à falta deles, o discurso acaba se tornando genuíno e confiável haja vista a crença dos chilenos de que a moral de Bachelet é semelhante à sua — ou seja, contrários à volta da repressão (Gowricharn, 2004).

5.2. Ação

A ação está relacionada à performance e aos atos de um agente político, os quais, quando juntos e associados com as causas, formam uma fonte sólida de capital moral (Derichs *et al*, 2006; Kane, 2003). Simone de Beauvoir (1980 *apud* Santos, 2010) disserta em sua obra "O Segundo Sexo" sobre a opressão vivenciada pelas mulheres, a qual as submete a uma posição de servidão, sobretudo perante o masculino. Dessa forma, nascer, ser e tornar-se mulher já são um ato político perante às adversidades impostas ao feminino (Beauvoir, 1980 *apud* Santos, 2010; Beauvoir, 2009 *apud* Warmling, 2020). Mas para além disso, em matéria de igualdade de gênero e direitos humanos, Michelle Bachelet, desde os cargos em que ocupou nos ministérios da saúde e da defesa, já era vocal em favor da pauta.

Dentro do Ministério da Saúde, foi a responsável por facilitar o acesso feminino à saúde pública, como pode ser visto através da aprovação da disponibilização de pílulas do dia seguinte nos centros de saúde pública. Já no Ministério da Defesa, ao assumir um cargo historicamente ocupado por homens, Bachelet torna esse ato transcendental: é, ao mesmo tempo, um avanço dentro do tema de igualdade de gênero — através da institucionalização de políticas que aumentam o acesso de mulheres às forças armadas — e de direitos humanos, observado pelo papel que as instituições militares assumiram ao longo da sua vida. Nos casos como a tentativa de reconciliação da sociedade civil com as forças armadas e da sua oposição à invasão do Iraque em 2003, tendo em vista a sua causa (defesa da democracia e dos direitos humanos), o ato se torna legítimo na prática e vai além do mero discurso político (Borzutzky; Dammert, 2019; Insunza; Ortega, 2018; Valdés, 2010).

Ademais, após assumir a presidência nas duas vezes em que foi eleita (2006-2010 e 2014-2018), Michelle Bachelet reproduz na prática aquilo que foi pregado durante suas campanhas. A agenda pró-inclusão foi respeitada, inicialmente, através da nomeação igualitária de mulheres e homens para a conformação do seu gabinete ministerial no primeiro mandato (Borzutzky; Dammert, 2019). Por conta de crises internas, a paridade acabou um ano depois, com a indicação de um homem a mais para o gabinete, o que gerou tantas críticas quanto a nomeação paritária inicial, mas não houve perda significativa de capital moral, uma vez que a relação entre a causa e a ação estava bem estabelecida. Também, uma das razões

que podem ter auxiliado na manutenção do capital moral mesmo com essa negativa foi a criação de políticas públicas que permitiram avançar no tema da igualdade de gênero, como a criação da regulação do descanso das empregadas domésticas[24] (Fernández; Rubilar, 2011 *apud* Borzutzky; Dammert, 2019). Em relação às políticas voltadas para a proteção dos direitos humanos, o primeiro governo Bachelet foi marcado pela formação da Comissão Assessora Presidencial para a Formulação e Execução das Políticas de Direitos Humanos, que tinha o objetivo de melhorar a eficiência do processo de identificação das vítimas de abusos de direitos humanos e pela retomada da Comissão Valech[25] (Borzutzky; Dammert, 2019). Em janeiro de 2010, dois meses antes do fim do seu mandato, inaugurou-se em Santiago o Museu da Memória e dos Direitos Humanos, um espaço cujo objetivo é possibilitar a reflexão e evocação do visitante (Figueroa *et al*, 2010 *apud* Borzutzky; Dammert, 2019).

O seu segundo mandato esteve mais focado em responder às demandas sociais como um todo, como mostram os casos dos planos de reforma tributária, educacional e Constitucional, mas sem abandonar a agenda da igualdade de gênero — sobretudo representada na criação do Ministério da Mulher e da Equidade de Gênero em 2016 (Borzutzky; Dammert, 2019). Já em relação à defesa dos direitos humanos, o Ministério da Justiça passou a se chamar Ministério da Justiça e Direitos Humanos, onde a subsecretaria de direitos humanos tinha a missão de promover e protegê-los. Além disso, houve a retomada da investigação dos crimes cometidos na ditadura além de outras políticas estabelecidas pelo Plano Nacional de Direitos Humanos (Borzutzky; Dammert, 2019).

Além das políticas públicas de governo, um outro fator que influenciou sua popularidade internamente foi, notavelmente, o manejo da situação gerada pelo terremoto de 8,8 graus que atingiu o Chile em fevereiro de 2010, poucos dias antes de passar o poder para seu sucessor, Sebastián Piñera (Carmo, 2010). De acordo com pesquisas da época, 75% acreditavam que o governo tinha agido bem em relação ao atendimento das emergências, apesar da alta reprovação popular quanto ao controle e prevenção dos saques em regiões afetadas (Carmo, 2010). Ainda, como coloca Claudia Raigoza (2014), a maneira como Bachelet direciona seu discurso aos chilenos, unindo a nação ao governo pela mesma causa — assegurar a saúde e o bem estar dos chilenos após o terremoto. Desse modo, Bachelet manteve

[24] A regulação do trabalho doméstico visa dar às mulheres da área condições laborais similares às de outros trabalhadores, além de instituir um salário mínimo (Borzutzky; Dammert, 2019).
[25] Comissão cujo objetivo é de investigar todos os casos de prisão, tortura, assassinatos e desaparecimentos de pessoas provovados pela ditadura. No primeiro governo de Bachelet, foi retomada com o nome de Comissão Valech II (Borzutzky; Dammert, 2019)

84% de aprovação ao deixar o governo (Molina, 2015), o que corrobora com a ideia de que, quando o discurso e a ação estão alinhados, momentos de deslize resultam em pouca ou nenhuma perda do capital moral acumulado.

5.3. Exemplo

Relacionado ao uso da biografia pessoal e política como recurso para angariar apoio popular, o que se pode colocar como exemplo advindo de Michelle Bachelet são os sacrifícios pessoais que ela teve de enfrentar principalmente durante a ditadura chilena. A perda de seu pai, de um companheiro e o fato de ter sido torturada junto com a sua mãe e exilada, representam um sofrimento incontestável perante a audiência. Além disso, o pioneirismo da sua carreira em dois cargos historicamente ocupados por homens representam a resiliência e a superação das adversidades, como pode ser observado no retorno do exílio e a atuação como médica na PIDEE, mesmo após ter perdido a vaga de médica geral por questões políticas (Insunza; Ortega, 2018), e na própria ascensão política que diferiu da de outras líderes mulheres que normalmente "dependem" de laços familiares para constituir carreira na área (Jalalzai, 2016). Apesar disso, de acordo com Teresa Cáceres (*et al*, 2010) a sua posição biográfica é fundamental no seu estilo político mas, em alguns aspectos sociais, podia-se observar um certo menosprezo a sua trajetória política e autonomia, que a colocavam como uma "extensão" do governo de Ricardo Lagos (Ampuero; Mendieta, 2006 *apud* Cáceres *et al*, 2010).

De todo modo, o legado e o carisma de Bachelet transcendem as barreiras partidárias (Figueroa, s.d. *apud* Reyes, 2013). A apresentação do seu estilo político, com elementos de autonomia e simpatia (Cáceres *et al*, 2010), junto da combinação com os resultados das outras variáveis demonstram para a população (em especial a que compartilha características com ela ou que se beneficiaram dos seus programas de governo) um compromisso com o cumprimento e pela busca do bem estar coletivo (Derichs *et al*, 2006).

5.4. Retórica e simbolismo

> *"Hay 19 mujeres Jefas de Estado en 192 estados miembros de Naciones Unidas. Y sólo 15 de los directores ejecutivos de las compañías más importantes del mundo ubicadas en el ranking Fortune 500 son mujeres. Verá que tenemos un problema, es evidente que la igualdad de género sólo se logrará si somos capaces de empoderar a las mujeres."* (Bachelet, 2011 *apud* Borzutzky; Dammert, 2019).

Representando a capacidade de um ator político de fortalecer sua moral e solucionar problemas através das ações e discursos, a retórica e o simbolismo têm papel central na consolidação da carreira política de Michelle Bachelet (Derichs *et al*, 2006). De acordo com Leora Lihach (2006), ela promoveu um novo tipo de liderança, que ficou conhecido como "*liderazgo femenino*", a qual, nesse caso, está relacionada a uma governança baseada na maternidade. A sua atuação de solidariedade em momentos de crise, como no caso do terremoto e, principalmente, as políticas públicas voltadas para o bem estar social, representam um comportamento maternal advindo de Bachelet que dá um senso de tranquilidade e cuidado para os chilenos — consequentemente, há a geração de ganhos de popularidade (Lihach, 2006). O simbolismo e a retórica de Bachelet, portanto, carregam a ideia da *supermadre* latino-americana (Chaney, 1979 *apud* Franceschet *et al*, 2015), que traz a ideia do papel de cuidado e maternidade para conquistar espaço na vida pública. Ainda assim, ela rompe com os papeis tradicionais de gênero, sempre reivindicando o fato de ser mulher em um espaço majoritariamente masculino (Insunza; Ortega, 2018) e a importância da inclusão para o pleno funcionamento da democracia, fato observado em muitas de suas falas, tanto ministeriais quanto presidenciais, como é o caso destacado por Silvia Borzutzky e Lucía Dammert (2019):

> *"creo que así entonces vamos a estar trabajando en la profundización de la democracia en nuestra región. Y que en la medida que tengamos sociedades más inclusivas, más equitativas y más participativas, lograremos, sin duda, que nuestros pueblos vivan mejor, con mayor dignidad, con más orgullo y con más satisfacciones personales y comunitarias. Por eso yo digo: más democracia, más mujer; mejor país, más mujer. No sólo mujeres, pero darle a la mujer lo que se merece"* (Bachelet, 2007 *apud* Borzutzky; Dammert, 2019).

7. Ponderações

Como pondera Kane (2003 *apud* Derichs *et al*, 2006), quando esses quatro elementos são bem instrumentalizados no decorrer da carreira política, os efeitos que vêm com a boa reputação e moral são a confiança do eleitorado, respeito, lealdade e indulgência. Estes auxiliam a manutenção e estabilidade do poder na busca por objetivos mais difíceis de serem alcançados e em momentos de falhas de governo que geram desaprovação, mas que dificilmente refletirão na reputação moral devido às ações anteriores que respeitavam as variáveis (Kane, 2003 *apud* Derichs *et al*, 2006).

No caso de Michelle Bachelet, esse processo é observado desde a sua projeção como ministra da saúde e da defesa e consequente escolha para suceder o governo da *Concertación*, mesmo sem experiência no campo da elite política. O sucesso das suas políticas promovidas através dos ministérios a auxiliaram no ganho de apoio popular, a ponto de ser a escolhida da coalizão para disputar as eleições — e obteve êxito, mesmo sendo uma *outsider* (Insunza; Ortega, 2018). O fim do primeiro mandato, apesar do resultado eleitoral ter sido favorável para a oposição, foi marcado por uma alta porcentagem de aprovação, deixando o Palácio de La Moneda com 80% de popularidade, mesmo com ocorrências adversas no seu governo, como o terremoto de 2010 e as manifestações de estudantes que aconteceram no início do seu governo (Borzutzky; Dammert, 2019; Reyes, 2013). Como coloca Teresa Valdés (2010), os seus atributos pessoais como credibilidade, capacidade para enfrentar situações de crise, a liderança e as demonstrações de carinho e respeito à população foram os índices mais bem avaliados, mesmo com a diminuição do apoio ao governo.

A popularidade da primeira presidente mulher do Chile não se limitou ao nível nacional. Com o fim do seu mandato em 2010, Bachelet foi pioneira como Diretora Executiva na então recém-criada ONU Mulheres, entidade que se dedica à promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres (Borzutzky; Dammert, 2019). A participação dela nessa agência a transformou em um símbolo internacional no que diz respeito à busca pela igualdade de gênero e, somado à sua história de vida, ela é transformada em um símbolo nacional e internacional de inclusão da mulher em diferentes espaços (Borzutzky; Dammert, 2019; Montecinos, 2017).

Em virtude disso, em 2013 ela volta ao Chile para concorrer novamente à presidência, com objetivos complementares, sobretudo em matéria de direitos humanos. O seu segundo

mandato, de 2014 a 2018, foi marcado pelas reformas progressistas implementadas[26] que finalmente romperam com diversas das marcas deixadas pela ditadura, mas com um nível de aprovação muito mais baixo — saiu de 80% em 2010 para 40% em 2018, em decorrência de denúncias de corrupção que envolviam até seu filho (Pardo, 2018). A estabilidade política promovida pelo bom uso do capital moral ao longo dos anos pode ser, portanto, percebido na indicação do secretário-geral da ONU, António Guterres, da ex-presidente para ocupar o cargo de chefe do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) em 2018 (Nações Unidas, 2018). Neste cargo, o objetivo esperado é o de buscar fortalecer mecanismos de proteção do exercício universal e total dos direitos humanos no mundo todo, com base no que é estabelecido na Carta da ONU (Nações Unidas, 2018). Para Guterres (s.d. apud O Globo, 2022), Bachelet "vivia e respirava os direitos humanos" e conseguiu promover ações mesmo em contextos políticos extremamente difíceis. Sendo um cargo que enfrenta grande pressão por parte de governos, poucos ficam por mais de um mandato, e assim foi com Bachelet.

Entretanto, em fevereiro de 2026, o governo do Chile — à época de Gabriel Boric, do *Partido Frente Amplio*[27] — anunciou a candidatura da ex-presidente ao cargo de secretária-geral da ONU, que conta, também, com o respaldo do Brasil e do México. Em março de 2024, com o início do governo de José Antonio Kast[28], a Chancelaria chilena retirou seu apoio à candidatura, alegando divergências com os atores que definem o processo (Castro, 2026). Apesar disso, Michelle Bachelet propõe que, caso seja eleita, buscará realizar reformas na organização, mediante o diálogo e consensos, de modo a torná-la mais eficiente, sempre pautada no direito internacional (Castro, 2026).

[26] Profundas mudanças foram realizadas e, por isso, alguns consideram que o segundo mandato de Bachelet foi o mais importante da história recente do Chile. São exemplos a abolição do sistema político binomial, que favorecia os partidos tradicionais, a legalização da união civil para pessoas do mesmo sexo e do aborto em três casos especiais, a reforma tributária e da educação. Apresentou-se, também, sem sucesso, um projeto para mudar a Constituição chilena, que ainda é a mesma aprovada na ditadura militar (Pardo, 2018; Reis, 2023).

[27] Conglomerado formado pela fusão dos partidos *Convergencia Social* e *Revolución Democrática*. Formou a aliança de governo com o Socialismo Democrático e com outros partidos de esquerda durante a administração do Presidente Gabriel Boric (Chile, s.d., tradução própria).

[28] Líder e fundador do Partido Republicano do Chile — agrupa setores independentes e ex-políticos da UDI —, Kast foi eleito presidente em 2025 e assumiu o cargo em 11 de março de 2026 (Chile, s.d.).

8. Conclusão

Apesar da América Latina ter um histórico marcante de chefes de Estados mulheres em comparação com outras áreas, especialmente após a década de 1990, o que se observa, ainda, é a sub-representação feminina dentro dos espaços de decisão política (Hinojosa, 2012). Como apontam dados da *Inter-Parliamentary Union* (2026), em 2026, o continente americano continua sendo a região contendo o maior número de cadeiras parlamentares ocupadas por mulheres, um total de 36,6%. Além disso, quatro países atingiram a paridade de gênero, ou têm mais mulheres do que homens no legislativo — são os casos de Bolívia, Cuba, Nicarágua e México (Inter-Parliamentary Union, 2026). Para Analia Belisa Ribeiro (2024), esse resultado tem origem na introdução de cotas de gênero, começando pela Argentina em 1991, e adaptada posteriormente para leis de paridade em países como o Brasil, Paraguai e República Dominicana.

Tais ações são responsáveis por facilitar a entrada das mulheres no mundo político, mas não são mandatórias. Outros aspectos influenciam a eleição feminina para cargos dentro da estrutura estatal e, como apresentado no presente trabalho, o capital moral é um dos instrumentos facilitadores da validação da trajetória política de mulheres (Rêgo, 2014). Utilizando-se dessa ferramenta — mas não somente dela —, Michelle Bachelet articula suas campanhas para chegar à liderança do Chile, um país com fortes raízes patriarcais (Imhoff, 2015), e também a nível internacional, chegando aos mais altos cargos da ONU Mulheres e ACNUDH e, mais recentemente, ao buscar a Secretaria Geral da ONU.

A partir do marco teórico aplicado neste trabalho, que parte dos princípios e das variáveis (causa, ação, exemplo e retórica e simbolismo) da teoria do capital moral de John Kane (2003), é possível observar mais profundamente um dos diversos aspectos que rondam as candidaturas femininas. Tendo como exemplo o trabalho de Claudia Derichs *et al* (2006) sobre o uso do capital moral como estratégia para a chegada de mulheres ao poder em países asiáticos, buscou-se entender como a moralidade foi articulada e como ela auxiliou a viabilizar a legitimidade política de Michelle Bachelet.

O caso de Bachelet apresenta certa relevância não somente por ter sido a primeira mulher eleita presidente no Chile e na América do Sul, mas também pela sua trajetória política, que se diferencia de outras chefes de Estado latino-americanas — aqui observado o papel dos laços familiares como facilitadores e legitimadores da chegada de mulheres ao alto escalão da política, como é o caso de Cristina Fernández de Kirchner, na Argentina, Mireya

Moscoso, no Panamá, dentre outras (Hinojosa, 2012). Também, é importante destacar a sua relevância internacional, observada na sua atuação como a primeira Diretora Executiva da ONU Mulheres (2010-2013) e Alta Comissária de Direitos Humanos das Nações Unidas (2018-2022) (Borzutzky; Dammert, 2019; Nações Unidas, 2022; ONU Mulheres, s.d.).

A análise da construção do capital moral de Michelle Bachelet permite concluir que ela aconteceu de forma acumulada ao longo da sua trajetória, tanto antes quanto depois da sua entrada formal na política. Nesse sentido, podemos observar a validação da sua causa através da sua biografia e seus discursos que estão conectados entre si. Ademais, a variável da ação, aqui figura como um dos principais pilares da validação do capital moral de Bachelet, pois é nela que se encontra a construção física do que ela traz dentro da sua causa. Além dessas duas, o exemplo de Bachelet é posto como um fator importante, o qual, junto da retórica e simbolismo propagado por ela, representam os fatores finais da defesa das suas causas, justificando a visão das audiências sobre ela.

Posteriormente, há a articulação desse capital acumulado dentro das suas campanhas presidenciais e nos seus mandatos, que chegaram a se traduzir a nível de relevância internacional. Isso acontece por conta da ação coerente dentro das quatro variáveis de Kane (2003; Wilkis, 2014), a qual gera estabilidade moral e, quando observada pelo eleitorado, age na manutenção da sua legitimidade e popularidade dentro do país, mesmo ao se deparar com desafios dentro dos seus dois governos — apesar de não isentá-la da possível perda do capital moral (Wilkis, 2014).

Paralelamente a isso, o fator novidade e a alta popularidade com a qual deixou o primeiro mandato, junto da sua história, foram essenciais para iniciar a sua projeção internacional, como posto no discurso do então secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, ao indicá-la para a ONU Mulheres: “Ela (Bachelet) aportará sua história de liderança dinâmica e global, habilidades políticas já mostradas e uma capacidade pouco comum para criar consenso” (Ban, s.d. *apud* Carmo, 2010). Nesses dois aspectos, portanto, pode-se observar a dependência do julgamento social para a legitimação do capital, onde cada público escolherá como e por quais variáveis ele será validado ou não (Derichs *et al*, 2006).

Desse modo, o capital moral serve como um ativo para a criação da imagem pública de Bachelet, de modo a auxiliar na sua participação em um ambiente majoritariamente ocupado por homens. Como explicitado anteriormente, as suas ações, causas, exemplos e simbolismo e retórica, quando estão em consonância, representam pilares de estabilidade para

a figura política — o que não significa que ele seja permanente. Ainda assim, apesar de possuir um papel importante nas candidaturas femininas, o capital moral por si só não é suficiente para garantir eficácia política para mulheres, visto que ele é, também, dependente do cumprimento das expectativas (Derichs *et al*, 2006), sendo necessária a articulação de outros instrumentos governamentais para garantir a sua continuidade.

Referências Bibliográficas

68 mujeres llegan al Congreso 2026-2030: el mayor número de mujeres en la historia de Chile. **Más para Chile**, s.d.. Disponível em: https://www.masparachile.cl/noticias/el-congreso-2026-2030-llega-con-el-mayor-numero-de-mujeres-en-la-historia-de-chile. Acesso em: 01 jul. 2026.

ADAMS, Melinda; THOMAS, Gwynn. **Breaking the Final Glass Ceiling**: The Influence of Gender in the Elections of Ellen Johnson-Sirleaf and Michelle Bachelet. Journal of Women, Politics & Policy, v. 31, p. 105-131, 2010.

AGUILAR, María Alejandra; MISERES, Vanesa; MONTERO, Claudia. **Presentación - Sufragio feminino en América Latina**: alianzas nacionalistas y políticas transnacionales. Meridional, Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos, n. 17, 2022, p. 11-19.

ALEXANDER, Amy C.; BOLZENDAHL, Catherine; JALALZAI, Farida. **Measuring Women's Political Empowerment across the Globe**: Strategies, Challenges and Future Research. Palgrave Macmillan, 2018.

ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia; CAZELLI, Sibele; FRANCO, Creso. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GbzRVcsL7L6PVNx3mxtdFkQ/?lang=pt. Acesso em: 28 mai. 2026.

ARGENTINA. Voto femenino: historia y acciones. **Presidencia de la Nación**, 2021. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/noticias/voto-femenino-historia-y-acciones. Acesso em: 03 mar. 2026.

BACHELET não buscará segundo mandato como alta comissária de Direitos Humanos da ONU. **O Globo**, 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/06/bachelet-nao-buscara-segundo-mandato-como-alta-comissaria-de-dh-da-onu.ghtml. Acesso em: 24 jun. 2026.

BACHELET nomeia gabinete 'paritário' no Chile. **BBC Brasil**, 2006. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/01/060131_chilegabinetecg. Acesso em: 01 jul. 2026.

BACHELET: 'Tive sorte. Fui alvo de tortura psicológica e de alguns golpes, mas não me deram choque'. **O Globo**, 2014. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/bachelet-tive-sorte-fui-alvo-de-tortura-psicologica-de-alguns-golpes-mas-nao-me-deram-choque-14560452. Acesso em: 07 mai. 2026.

BARRUETO, Javiera. El día en que Bachelet defendió a Cheyre ante la Agrupación de Ejecutados Políticos. **El Libero**, 2018. Disponível em: https://ellibero.cl/actualidad/el-dia-en-que-bachelet-defendio-a-cheyre-ante-la-agrupacion-de-ejecutados-politicos/. Acesso em: 18 jun. 2026.

BORZUTZKY, Silvia; DAMMERT, Lucía. **Michelle Bachelet**: Una mujer política. Editorial Universidad de Santiago de Chile, 1ª ed., 2019.

BRASIL. A conquista do voto feminino: conheça brasileiras que transformaram a história. **Ministério da Mulher**, 2026. Disponível em:

https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2026/fevereiro/a-conquista-do-voto-feminino-conheca-brasileiras-que-transformaram-a-historia. Acesso em: 03 mar. 2026.

CÁCERES, Teresa; MAIRA, Gloria; MATAMALA, María Isabel; OLEA, Raquel; OYARZÚN, Kemy; SILVA, Uca; VIDAURRÁZAGA, Tamara. **Y votamos por ella**. Michelle Bachelet: miradas feministas. Fundación Instituto de la Mujer, Santiago de Chile, junho de 2010.

CANDIDATURA de Michelle Bachelet para a Secretaria-Geral das Nações Unidas. **Michelle Bachelet**, s.d.. Disponível em: https://michellebachelet.org/candidatura-michelle-bachelet-secretaria-geral-das-nacoes-unidas/. Acesso em: 18 jun. 2026.

CARMO, Marcia. Bachelet mantém popularidade de 84% após tremor no Chile. **BBC Brasil**, 2010. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/03/100309_bachelet_popularidaderg. Acesso em: 21 jun. 2026.

CARMO, Marcia. Bachelet vence e será 1ª mulher a governar o Chile. **BBC Brasil**, 2006. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/01/060115_chileresultadoms. Acesso em: 20 jun. 2026.

CARMO, Marcia. Michelle Bachelet chefiará nova agência da ONU para mulheres. **BBC Brasil**, 2010. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/09/100914_bachelet_onu_mc_pai. Acesso em: 01 jul. 2026.

CASTRO, Maolis. Bachelet: "Reformaré la ONU para hacerla más ágil y eficiente". **El País**, 2026. Disponível em: https://elpais.com/chile/2026-06-09/bachelet-reformare-la-onu-para-hacerla-mas-agil-y-eficiente.html. Acesso em: 24 jun. 2026.

CHANEY, Elsa M. **Supermadre**: Women in Politics in Latin America. Institute of Latin American Studies, The University of Texas Press, 1979.

CHAVES, Dulce Daniela. Género y política exterior: los casos de Cristina Fernández, Michelle Bachelet y Dilma Rousseff. Tesis de Maestría en Relaciones Internacionales. **Universidad Nacional de La Plata**, 2017.

CHILE. 10 years of AUGE: achievements, guarantees and how the health plan works. **Gobierno de Chile**, 2015. Disponível em: https://www.gob.cl/en/news/10-years-of-auge-achievements-guarantees-and-how-the-health-plan-works/. Acesso em: 17 jun. 2026.

CHILE. Elecciones presidenciales de 2005-2006. **Biblioteca del Congreso Nacional de Chile**. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/elecciones/detalle_eleccion?handle=10221.1/63766&periodo=1990-2022. Acesso em: 20 jun. 2026.

CHILE. El movimiento feminista en la dictadura militar (1973-1990). **Archivo Nacional de Chile**, s.d.. Disponível em:

https://www.archivonacional.gob.cl/galeria/el-movimiento-feminista-en-la-dictadura-militar-1973-1990. Acesso em: 04 jul. 2026.

CHILE. FECHIF. **Memoria Chilena, Biblioteca Nacional de Chile**, 2025. Disponível em: https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-93854.html. Acesso em: 05 mar. 2026.

CHILE. Gabriel Boric Font. **Biblioteca del Congreso Nacional de Chile**, s.d.. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Gabriel_Boric_Font. Acesso em: 24 jun. 2026.

CHILE. Golpe de Estado del 11 de septiembre de 1973. **Memoria Chilena - Biblioteca Nacional de Chile**, s.d.. Disponível em: https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-92405.html. Acesso em: 06 mai. 2026.

CHILE. José Antonio Kast Rist. **Biblioteca del Congreso Nacional de Chile**, s.d.. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Jos%C3%A9_Antonio_Kast_Rist. Acesso em: 24 jun. 2026.

CHILE. Leyes con historia: El nuevo matrimonio civil. **Senado de la República de Chile**, s.d.. Disponível em: https://www.senado.cl/ciudadania/leyes-con-historia-0/el-nuevo-matrimonio-civil. Acesso em: 22 jun. 2026.

CHILE. Ley 18.695, de 29 de março de 1988. Ley Orgánica Constitucional de Municipalidades. **Biblioteca del Congreso Nacional de Chile**, 2007. Disponível em: https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=30077. Acesso em: 15 jun. 2026.

CHILE. MEMCH. **Memoria Chilena, Biblioteca Nacional de Chile**, 2025. Disponível em: https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3611.html. Acesso em: 05 mar. 2026.

CHILE. Michelle Bachelet Jeria. **Biblioteca del Congreso Nacional de Chile**, s.d.. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Michelle_Bachelet_Jeria. Acesso em: 06 mai. 2026.

CHILE. Partidos, movimientos y coaliciones: Alianza por Chile. **Biblioteca del Congreso Nacional de Chile**, s.d.. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Alianza_por_Chile. Acesso em: 15 jun. 2026.

CHILE. Partidos, movimientos y coaliciones: Partido Frente Amplio. **Biblioteca del Congreso Nacional de Chile**, s.d.. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Partido_Frente_Amplio. Acesso em: 24 jun. 2026.

CHILE. Partidos, movimientos y coaliciones: Partido Republicano de Chile. **Biblioteca del Congreso Nacional de Chile**, s.d.. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Partido_Republicano_de_Chile. Acesso em: 24 jun. 2026.

CHILE. Plan GES o AUGE. **Biblioteca del Congreso Nacional de Chile**, 2026. Disponível em: https://www.bcn.cl/portal/leyfacil/recurso/plan-ges-ex-auge. Acesso em: 17 jun. 2026.

CHILE. Política Exterior Feminista. **Ministerio de Relaciones Exteriores**, s.d.. Disponível em: https://politicaexteriorfeminista.minrel.gob.cl/. Acesso em: 07 jul. 2026.

CHILE. Sistema político. **Chile en el Exterior**. Disponível em: https://www.chile.gob.cl/chile/sistema-politico. Acesso em: 22 jun. 2026.

CHILE. Sufragio femenino universal. **Memoria Chilena, Biblioteca Nacional de Chile**, 2025. Disponível em: https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-96054.html. Acesso em: 03 mar. 2026.

CHILE. Voto femenino. **Memoria Chilena, Biblioteca Nacional de Chile**, 2026. Disponível em: https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-93508.html. Acesso em: 4 jul. 2026.

CRISTINA Kirchner é eleita presidente na Argentina. **BBC Brasil**, 2007. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/10/071029_argentina_apuracaorg. Acesso em: 4 jul. 2026.

CRUZ, Arturo Santa. S**igno de los tiempos:** el arribo de Michelle Bachelet al Ministerio de Defensa de Chile. México y la Cuenca del Pacífico, v. 5, n. 15, jan-abr de 2002.

CUNHA, Luana Cristhina Silva da. **Política Externa e Gênero**: os caminhos para a Política Externa Feminista do Chile. 2025. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Relações Internacionais.

DERICHS, Claudia; FLESCHENBERG, Andrea; HÜSTEBECK, Momoyo. **Gendering moral capital: Morality as a political asset and strategy of top female politicians in Asia**. Critical Asian Studies, v. 38, n. 3, p. 245-270.

DIETZ, Ana López; GALDAMES, Ana María; MEDALLA, Tania. Trabajo social en tiempos de crisis dictadura: Compromiso y ética para la defensa de los derechos humanos. **Rumbos TS**, n. 30, 2023. Disponível em: https://revistafacso.ucentral.cl/index.php/rumbos/article/view/803/815. Acesso em: 07 mai. 2026.

DOCKENDORFF V., Andrés. **EL ROL DE LAS ENCUESTAS EN LAS ELECCIONES DE 2005**: Selección de candidatos presidenciales en Chile. Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública, v. 8, n. 13, 2010, p. 159-180. Universidad Central de Chile, Santiago, Chile.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases**: Making Feminist Sense of International Politics. Berkeley: University of California Press, 2014.

FAGUNDES, Cosme Daniel Guimarães. A “Onda Rosa” na América do Sul: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Universidade Federal da Bahia**, 2023.

FRANCESCHET, Susan; PISCOPO, Jennifer M.; THOMAS, Gwynn. **Supermadres, Maternal Legacies and Women’s Political Participation in Contemporary Latin America**. Journal of Latin American Studies, v. 48, p. 1-32, Cambridge University Press, 2015.

FURLIN, Neiva. **A ascensão de Dilma Rousseff e Michelle Bachelet na presidência da República**: trajetórias, significados e desafios. Sociedade e Cultura, UFG, 2022.

GRASSI, M. Pilar Lampert. **Evolución de la participación de las Mujeres en ámbito social, político y laboral**: Principales hitos en Chile (1812-2019). Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, 2019.

GRASSI, María Pilar Lampert. **Minuta - Participación Política de las Mujeres en Chile**. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, 2024.

GOWRICHARN, Ruben. **Moral capital in Surinamese transnationalism**. Ethnic and Racial Studies, v. 27, n. 4, p. 607-621, 2004.

HINOJOSA, Magda. **Selecting Women, Electing Women**: Political Representation and Candidate Selection in Latin America. Temple University Press, 2012.

ILESANMI, Kehinde Damilola. **Moral Capital and Leadership**: A Possible Solution to the African Problem?. Ethical Economics and Sustainable Development, 2025, v.1.

IMHOFF, Danielle. **Breaking the Latin American Glass Ceiling**: An Analysis of the Southern Cone Female Presidents' Paths to Power. University of Delaware, 2015. Disponível em: https://udspace.udel.edu/items/413fddc5-ad41-4d8f-9182-95ca4bc30e15. Acesso em: 26 jun. 2026.

INTER-Parliamentary Union. **Women in Politics**: 2026. 2026. Disponível em: https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2026-03/women-in-politics-2026. Acesso em: 12 jul. 2026.

INSUNZA, Andrea; ORTEGA, Javier. **Bachelet**. La historia no oficial. Santiago de Chile: Catalonia, 2018.

IRARRÁZABAL, Paz. Women's Suffrage in Chile. **Oxford Human Rights Hub**, 2018. Disponível em: https://ohrh.law.ox.ac.uk/womens-suffrage-in-chile/. Acesso em: 05 mai. 2026.

JALALZAI, Farida. **Shattered, cracked or firmly intact?** Women and the executive glass ceiling worldwide. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.

JALALZAI, Farida. **Women Presidents of Latin America**: Beyond Family Ties?. Nova Iorque: Routledge, 2016.

JARDIM, Mayara de Oliveira. **Análise do governo de Salvador Allende no Chile (1970-1973) nos livros didáticos do ensino médio aprovados no PNLD 2018**. Revista Discente Ofícios de Clio, Pelotas, v. 9, n. 17, jul.-dez. 2024.

KANE, John. **The Politics of Moral Capital**. Cambridge University Press, 2003.

LA protección social en Chile El Plan AUGE: Avances y desafíos. **CEPAL**, 2011. Disponível em: https://www.cepal.org/es/publicaciones/5218-la-proteccion-social-chile-plan-auge-avances-desafios. Acesso em: 17 jun. 2026.

LEE, Young-Im. **From first daughter to first lady to first woman president**: Park Geun-Hye's path to the South Korean presidency. Feminist Media Studies, 2016.

LIHACH, Leora. From Dictator's Victim to Democratic Leader — the Story of a Feminist Hero. **National Organization for Women**, 2016. Disponível em:

https://now.org/blog/from-dictators-victim-to-democratic-leader-the-story-of-a-feminist-hero/. Acesso em: 19 jun. 2026.

MANZ, Beatriz. **Michelle Bachelet**: A Rendezvous With History. Foreign Affairs en Español, 2011.

MICHELLE Bachelet: president of Chile. **Britannica**, 2026. Disponível em: https://www.britannica.com/biography/Michelle-Bachelet. Acesso em: 17 jun. 2026.

MICHELLE Bachelet. **ONU Mulheres**, s.d.. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/sobre-michelle-bachelet/. Acesso em: 13 jul. 2026.

MOLINA, Paula. Por qué se desplomó la popularidad de Bachelet en Chile. **BBC News Mundo**. Disponível em: https://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/04/150406_chile_desplome_popularidad_bachelet_ch. Acesso em: 20 jun. 2026.

MONREAL, Pamela Díaz-Romero. El secreto del éxito de Michelle Bachelet. **Nueva Sociedad**, 2013. Disponível em: https://www.nuso.org/articulo/el-secreto-del-exito-de-michelle-bachelet/. Acesso em: 08 jul. 2026.

MONTECINOS, Verónica. **Michelle Bachelet**: Endgendering Chile's Democratization. Women Presidents and Prime Ministers in Post-Transition Democracies, 2017.

MONTES, Rocío. Chile condena dois ex-militares pela morte do pai de Bachelet. **El País**, 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/22/internacional/1416616102_593376.html. Acesso em: 06 mai. 2025.

NAÇÕES Unidas. Homens seguem na liderança global com apenas 1 em cada 7 países dirigido por mulheres. **Nações Unidas**, 2026. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2026/03/1852621. Acesso em: 10 jul. 2026.

NAÇÕES Unidas. Michelle Bachelet faz discurso de despedida da ONU Direitos Humanos. **Nações Unidas**, 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/196413-michelle-bachelet-faz-discurso-de-despedida-da-onu-direitos-humanos. Acesso em: 13 jul. 2026.

NAÇÕES Unidas. Secretário-geral da ONU indica Michelle Bachelet como alta-comissária de direitos humanos. **Nações Unidas Brasil**, 2018. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/80742-secret%C3%A1rio-geral-da-onu-indica-michelle-bachelet-como-alta-comiss%C3%A1ria-de-direitos-humanos. Acesso em: 24 jun. 2026.

OBRADOR, Rodrigo. **Mujeres en Chile**: Hitos legislativos desde 1990. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, 2000.

PALMA, Carla Peñaloza. Duelo callejero: mujeres, política y derechos humanos bajo la dictadura chilena (1973-1989). **Revista Estudos Feministas**, n. 23, set.-dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/XCBZjmdGbBgL6fv6fXY5RGG/?lang=es. Acesso em: 4 jul. 2026.

PARAGUAI. El Legado Imborrable: a 64 Años del Voto Femenino en Paraguay. **Ministerio de la Mujer, Paraguay**. Disponível em:

https://mujer.gov.py/el-legado-imborrable-a-64-anos-del-voto-femenino-en-paraguay/. Acesso em: 4 jul. 2026.

PARDO, Daniel. Por qué el segundo gobierno de Michelle Bachelet es considerado por muchos el más importante en décadas en Chile. **BBC News Mundo**, 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-43339035. Acesso em: 24 jun. 2026.

PARDO, Daniel. Quem é Claudia Sheinbaum, a cientista climática que será primeira presidente do México. **BBC News Brasil**, 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw88g5d7zjzo. Acesso em: 08 jul. 2026.

PAÚL, Fernanda. Em 4 pontos, o que explica grande impacto internacional de golpe no Chile há 50 anos. **BBC News Brasil**, 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c99nnw9y0e4o. Acesso em: 06 mai. 2026.

PERALTA, Patricio. La lucha por el voto femenino en América Latina: Matilde Hidalgo y su legado de igualdad. **France24**, 2024. Disponível em: https://www.france24.com/es/programas/historia/20240509-la-lucha-por-el-voto-femenino-en-am%C3%A9rica-latina-matilde-hidalgo-y-su-legado-de-igualdad. Acesso em: 4 jul. 2026.

PÉREZ, Marvin Carvajal. **O presente dos sistemas de governo na América Latina**. Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundial, v. 5, n. 1, p. 35-50. Brasília, 2008.

PINOCHET comandou com mão de ferro regime militar chileno; veja. **BBC Brasil**, 2006. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/12/061203_pinochet_vida_crg. Acesso em: 15 jun. 2026.

PINTO, Vânia C. **Métodos de pesquisa em Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Contexto, 2023. *E-book.* p.108. ISBN 9786555411836.

QUANTAS presidentas a América Latina teve em sua história?. **CNN Brasil**, 03 jun. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quantas-presidentas-a-america-latina-teve-em-sua-historia/#goog_rewarded. Acesso em: 03 mai. 2026.

QUEM é Keiko Fujimori, presidente eleita do Peru. **DW**, 2026. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/quem-%C3%A9-keiko-fujimori-presidente-eleita-do-peru/a-77631344. Acesso em: 08 jul. 2026.

QUIROGA, Mauricio Morales. **La primera mujer presidenta de Chile**: ¿Qué explicó el triunfo de Michelle Bachelet en las elecciones de 2005-2006?. Latin American Research Review, v. 43, n. 1, p. 7-32, 2008.

RAIGOZA, Claudia. Explorando el liderazgo femenino en América Latina: Lo que podemos aprender de Michelle Bachelet, Cristina Fernández de Kirchner y Dilma Rousseff. **CMC Senior Theses**, 2014. Disponível em: https://scholarship.claremont.edu/cmc_theses/951/. Acesso em: 10 jul. 2026.

RAYAS, Nayelly Stephany Castañeda; RUBIO, Saúl Mandujano. **Liderazgo y participación de las mujeres en la política global**. Anuario Mexicano de Derecho Internacional, v. 22, Ciudad de México, 2022.

RAY, Michael. Which Countries Have Had Women Leaders?. **Britannica**, 2025. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/Which-countries-have-had-women-leaders. Acesso em: 11 jul. 2026.

RÊGO, Jaqueline Azevedo De Amorim. **Lideranças políticas Sul-Asiáticas, representação e gênero**: os casos de Indira Gandhi e Benazir Bhutto. 2014. vii, 40 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

REIS, Bruna de Oliveira. O percurso por uma nova Constituinte Chilena, desde a ditadura militar. **Nexo Políticas Públicas**, 2023. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2023/03/16/o-percurso-por-uma-nova-constituinte-chilena-desde-a-ditadura-militar. Acesso em: 24 jun. 2026.

REYES, Ignacio de los. Como explicar o sucesso de Bachelet no Chile?. **BBC Brasil**, 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/12/131216_chile_bachelet_mm. Acesso em: 22 jun. 2026.

REYES, Ignacio de los. 'O Chile mudou e ficou mais exigente', diz Bachelet. **BBC Brasil**, 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130917_entrevista_michelle_bachelet_chile_bbc_mundo_lgb. Acesso em: 02 jul. 2026.

RIBEIRO, Analia Belisa. Mulheres na política latino-americana: a sub-representação e o Brasil, na liderança da desigualdade. **Istoé Mulher**, 2024. Disponível em: https://mulher.istoe.com.br/mulheres-na-politica-latino-americana-a-sub-representacao-e-o-brasil-na-lideranca-da-desigualdade. Acesso em: 30 jun. 2026.

ROUCEK, Joseph S.. **La presidencia de Allende**. Revista de Estudios Políticos, nº 175, 1971.

RUFFA, Chiara. **Case Study Methods**: Case Selection and Case Analysis. The Sage Handbook of Research Methods in Political Science and IR. 2020.

RUSIÑOL, Pere. Los cinco pecados capitales de la candidata socialista de Chile. **Página 12**, 2005. Disponível em: https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-53888-2005-07-20.html?mobile=1. Acesso em: 17 jun. 2026.

SANTOS, Magda Guadalupe dos. **Simone de Beauvoir.** "Não se nasce mulher, torna-se mulher". Sapere Aude, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 108-122, 2010.

SEOANE, María. Perón, Isabelita. **Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe**, s.d.. Disponível em: https://sites.usp.br/portalatinoamericano/2697-2. Acesso em: 03 mai. 2026.

SILVA, Sergio Molina. El Proceso de Cambio en Chile: la experiencia 1965-1970. **Editorial Universitaria, S.A.**, Santiago de Chile, 1972.

SISON, Alejo José G.. **The Moral Capital of Leaders**: Why Virtue Matters. Edward Elgar Publishing Limited, Massachusetts, 2003.

SMINK, Veronica. 5 precursoras del voto femenino en América Latina. **BBC News Mundo**, 2013. Disponível em:

https://www.bbc.com/mundo/noticias/2013/10/131018_100_mujeres_bastiones_feminismo_vs. Acesso em: 4 jul. 2026.

TELES, Adriana de Almeida. **Woodstock e a Contracultura**: Um Olhar sobre os EUA dos anos 60. 1998. Monografia (Bacharelado em História) — Universidade Federal de Uberlândia, 1998.

TORTELLA, Tiago. Quem é Michelle Bachelet, candidata a secretária-geral da ONU?. **CNN Brasil**, 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-e-michelle-bachelet/#goog_rewarded. Acesso em: 20 jun. 2026.

UNIVERSIDAD de Chile. Michelle Bachelet Jeria. **Universidad de Chile**, s.d.. Disponível em: https://uchile.cl/presentacion/historia/grandes-figuras/presidentes-de-chile-ex-estudiantes-de-la-u/michelle-bachelet-jeria. Acesso em: 21 jun. 2026.

UN Women. Only 1 in 7 countries is led by a woman as global political power remains dominated by men. **UN Women**, 2026. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/news-stories/press-release/2026/03/only-1-in-7-countries-is-led-by-a-woman-as-global-political-power-remains-dominated-by-men. Acesso em: 10 jul. 2026.

VALDÉS, Teresa. **El Chile de Michelle Bachelet ¿Género en el Poder?**. Latin American Research Review, 2010.

VALENCIA, Fabiola Cabrera; VERBANAZ, Samuel Argüello. **La UF como mecanismo de precios**: Elementos para su análisis y experiencia internacional. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, 2025.

VÁSQUEZ, David. **Algunos antecedentes históricos sobre la incorporación de la mujer a la política en Chile**. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, 2012.

WARMLING, Diego Luiz. **Butler leitora de Beauvoir**: o gênero como ato performativo. Griot: Revista de Filosofia, v. 20, n.3, p. 16-38. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2020.

WILKIS, Ariel. **Sobre el capital moral**. Papeles de Trabajo, v. 8, n. 13, p. 164-186, 2014.

WOMEN in Politics. Women's Suffrage: A World Chronology of the Recognition of Women's Rights to Vote and to Stand for Election. **Women in Politics**, s.d.. Disponível em: http://archive.ipu.org/wmn-e/suffrage.htm. Acesso em: 4 jul. 2026.

WOMEN'S Representation In Parliament Sees Sluggish Gains. **Inter-Parliamentary Union**, 2026. Disponível em: https://www.ipu.org/news/press-releases/2026-03/womens-representation-in-parliament-sees-sluggish-gains. Acesso em: 30 jun. 2026.